

BRASÍLIA 2025

ISBN: 978-85-7267-222-1

BPE CEUB: BOLETIM DE POLÍTICA EXTERNA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – CAMPUS TAGUATINGA

ORGANIZAÇÃO

FERNANDA LUÍZA SILVA DE MEDEIROS

CEUB

EDUCAÇÃO SUPERIOR

BPE CEUB:

*BOLETIM DE POLÍTICA
EXTERNA DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA:*

CAMPUS TAGUATINGA

Organização

Fernanda Luíza Silva de Medeiros

Brasília
2025



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB

Reitor

Rafael Mesquita Lopes

COORDENADOR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Gabriel Haddad Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BPE CEUB : Boletim de Política Externa do Centro Universitário de Brasília : Taguatinga / organizadora, Fernanda Luíza Silva de Medeiros – Brasília : CEUB, 2025.

87 p.

ISBN 978-85-7267-222-1

1. Política externa. I. Centro Universitário de Brasília.
- II. Título.

CDU 237.3

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitor João Herculino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
<i>Fernanda Luíza Silva de Medeiros</i>	
ALEMANHA.....	8
<i>Camilla Oliveira Pinto</i>	
<i>Helena Aires Hernandes Gomes</i>	
<i>Maria Eduarda Baliza Moura</i>	
AUSTRÁLIA.....	25
<i>André Vinícius Martins de Oliveira</i>	
<i>João Paulo Marcelino</i>	
<i>Júlia de Faria Fernandes</i>	
BRASIL.....	39
<i>Júlia Aires Sá Guimarães</i>	
<i>Juliana Araújo da Silva</i>	
ESTADOS UNIDOS.....	52
<i>Ana Regina Oliveira dos Santos</i>	
<i>Juliana Berlinck da Silva</i>	
<i>Raquel Serrão Furtado</i>	
FRANÇA.....	74
<i>Beatriz Cruciol Rodrigues Leão</i>	
<i>Guilherme do Prado Afonso Rodrigues</i>	
<i>Suzany Ferreira da Silva</i>	
POLÍTICA EXTERNA: Quo Vadis?.....	86
<i>Fernanda Luíza Silva de Medeiros</i>	

INTRODUÇÃO

Fernanda Luíza Silva de Medeiros¹

Política Externa (PE) não é mais assunto específico dos diplomatas e líderes de estado. Nas últimas três décadas, a globalização teve como um de seus principais efeitos a transformação da política externa em assunto de todos. É normal que agora se escute nas ruas comentários sobre o último bombardeio visto ao vivo na televisão, a cúpula que aconteceu em algum lugar, a crise humanitária mais recente.

Christopher Hill (2015) mostra com muita clareza como se deu esse processo, em seu livro *Foreign policy in the 21st century*, e as dificuldades geradas por ele. Como traduzir as especificidades de um assunto tão complexo para a coloquialidade diária? Como explicar às pessoas que não têm tempo para estudar as minúcias de cada situação da política internacional aquilo que lhes despertou interesse?

As discussões sobre a política externa enquanto política pública também ilustram essa necessidade de *explicar* a PE para a população em geral (cf Milani; Pinheiro, 2013). A mesma globalização fez com que, conforme a interdependência econômica se aprofundasse, fosse necessário estar atento às variações do preço do petróleo ou às regulamentações tecnológicas mais recentes. Os acadêmicos sabem por que a escassez de ovos em um país faz com que o preço suba em outro, mas como explico isso às pessoas que se depararam com etiquetas de preço mais caro no mercado?

É com a presença destas questões que surgiu a ideia de criar, no âmbito da disciplina de Análise de Política Externa, um boletim anual que se destinasse justamente a explicar de forma fácil a política externa naquele período. Depois de sessenta horas-aula com o que há de mais clássico e de mais inovador a respeito do estudo de política externa, passando pelas discussões teóricas pertinentes ao assunto, os alunos da disciplina montaram documentos que colocam, em palavras diretas, o

¹ Professora organizadora. fernanda.luiza@ceub.edu.br

que está acontecendo em termos de política externa nos países mais relevantes para o nosso contexto.

Análise de política externa (APE, ou FPA em inglês) é uma parte fundamental das Relações Internacionais que, todavia, se desenvolveu à parte das Teorias das Relações Internacionais (TRI) (Hill, 2015). Isso se dá por um debate muito específico em torno do escopo das Relações Internacionais: se o todo (o sistema internacional) ou suas partes (cada ator participante, Estados e outros). A partir dos anos 1970, muitos atores se dedicaram à união dos dois tipos de estudo, tentando estabelecer quais ganhos a APE e as TRI teriam se trabalhassem juntos. Do lado da APE, há a importância de se entender os modelos de tomada de decisão (cf Allison, 1969 e Snyder, Bruck e Sapin, 1962), que dão um insight inclusive à interação burocrática dentro dos Estados; há também, que se estudar e compreender como a mente humana apreende e digere as questões pertinentes à PE (cf Rosati, 1995 e Jervis, 2011). Fundamental também é se desdobrar às possibilidades de impacto da interação entre o nível doméstico e o nível internacional, removendo a PE de uma lógica hierárquica dentro dos estados (cf Putnam, 2010 e Milner, 1997).

Das TRI vêm o desejo de dar estofamento teórico à APE com suas teorias mais famosas: realismo e neorealismo (cf Elman, 1996 e Kitchen, 2010); construtivismo (cf Kubalková, 2001); pós-estruturalismo (cf Hansen, 2006). Por isso, a análise de política externa é um espaço em que as teorias se desencastelam e podem ser discutidas novamente, abrindo espaço para novos desenvolvimentos.

No século XXI, contudo, o mundo se voltou também a alguns temas específicos que movimentam a política externa global. Na disciplina, esses assuntos também foram estudados, de maneira a construir quais seriam as prioridades de cada Estado. Segurança, sim, por óbvio; mas também para muito além do conceito básico dos anos de Guerra Fria. Questões de gênero, de desenvolvimento, de conflitos étnico-raciais e religiosos movimentaram a política internacional nos últimos anos e também se tornaram temas importantes para o analista de política externa.

A elaboração do boletim foi o trabalho final da disciplina. Os alunos foram divididos em grupos de três ou quatro alunos, e lhes foi dada a missão de escolher um país para que construíssem o posicionamento de política externa deste em cinco

temas: questões de gênero, *cybersegurança* e tecnologia, tecnologia nuclear, meio ambiente e o Estado da Palestina. No começo de cada aula sempre discutíamos as principais notícias daquela semana, e após dezesseis semanas de aula, defini estes temas com base nos temas mais recorrentes em 2024. Cada grupo deveria escolher um país e justificar sua escolha, mas observo que não fugiram muito dos países que são absolutamente centrais às relações internacionais do Brasil (com o próprio tendo sido escolhido por um dos grupos). Foram escolhidos, nos dois semestres de 2024: Alemanha, Austrália, Brasil, China, Estados Unidos, França e Japão. Apenas China e Japão não estão presentes nesta edição por opção dos alunos.

Cada grupo escolheu construir o posicionamento do país à sua maneira, considerando apenas o contexto atual ou a construção desse posicionamento através dos anos, explorando assim também conceitos como a quebra de continuidade de política externa (Herrman, 1990) e a política externa comparada (Oliveira e Silva; Labriola, 2019). Como o objetivo não era montar um documento de posição estritamente preso à linguagem diplomática, os alunos tomaram a liberdade de serem críticos, quando necessário, ao posicionamento construído pelo país escolhido. Assim, é possível ver as divergências internas e quebras de continuidade em relação à política climática dos Estados Unidos, as idas e vindas do Brasil no tocante às questões de gênero, as reflexões de França e Austrália sobre *cybersegurança* e a controvérsia alemã a respeito da tecnologia nuclear.

Dessa maneira, o boletim é um recorte do *status* da política externa destes países em 2024, um ano em que muitas sementes foram lançadas para transformações duradouras na política internacional. Espera-se que este boletim funcione como um guia informativo para todos que queiram aprender mais sobre os principais atores da sociedade internacional e compreender melhor seus posicionamentos sobre temas que afetam diariamente a vida dos especialistas em Relações Internacionais e daqueles que não o são. Em tempos da política externa na boca do povo, é responsabilidade dos alunos de Relações Internacionais fornecerem conceitos e informações trabalhadas para que as discussões sejam bem-informadas e permitam que a população seja parte ativa da construção da política externa pelo mundo.

REFERÊNCIAS

ALLISON, G.T. Conceptual models and the Cuban Missile Crisis. *The American Political Science Review*, Volume 63, Issue 3 (Sep., 1969), p. 689-718.

COLIN, E. Horses for Courses: Why not Neorealist Theories of Foreign Policy. *Security Studies* v. 6, n. 1, 1996, p. 07-53

HANSEN, Lene. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. London, New York: Routledge, 2006.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HILL, Christopher. *The Changing Politics of Foreign Policy*. MacMillan, Palgrave, 2015.

JERVIS, Robert. Understanding beliefs. In: Carlnaes, W., e Guzzini, S. (eds.), *Foreign Policy Analysis v.III*. London, SAGE, 2011, p.311-334.

JERVIS, Robert. Understanding beliefs. In: W.Carlnaes e S.Guzzini (eds.), *Foreign Policy Analysis v. III*. London, SAGE, 2011, p.311-334.

KITCHEN. N. Systemic Pressures and Domestic Ideas. A neoclassical realist model of grand strategy formation. *Review of International Studies* (2010), 36, pp. 117-143.

KUBÁLKOVÁ, V. Foreign policy, international politics, and constructivism. In: ____ (Ed.) *Foreign policy in a constructed world*. Armonk, Nova York: M.E.Sharpe, 2001. p.15-34.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. (2013). Política externa brasileira: os desafios da sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, vol. 35, no 1, janeiro/junho, pp. 11-41.

MILNER, Helen V. Introduction. In: H.V.Milner (ed.). *Interest, Institutions and Information: domestic politics and international relations*. Princeton, Princeton University Press, 1997.

OLIVEIRA E SILVA, Irma Dutra Gomes de; LABRIOLA, Pedro. Role Theory como terceira via nas Relações Internacionais. *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 8, n. 15, p. 73-102, jun. 2019. ISSN 2316-8323. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/11531>.

ROSATI, J.A. A cognitive approach to the study of foreign policy. In: NEACK, L.; HEY, J.A.K.; HANEY, P.J. (Eds.). *Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation*. Nova Jersey: Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1995. p.49-70.

SNYDER, R.C.; BRUCK, H.W.; SAPIN, B. The decision-making approach to the study of international politics. In: ROSENAU, J.N. (Ed.) International politics and foreign policy. Nova York: Free Press, 1961. p.186-192.

ALEMANHA

Camilla Oliveira Pinto¹
Helena Aires Hernandes Gomes²
Maria Eduarda Baliza Moura³

1 INTRODUÇÃO

A política externa da Alemanha é historicamente relevante e, atualmente, tem se destacado por seu compromisso em questões globais e atuação em temas controversos. Com isso, este boletim de conjuntura tem como objetivo oferecer uma visão abrangente das posições e ações da Alemanha nos últimos anos, principalmente em áreas estratégicas como mudança de clima, igualdade de gênero, tecnologia nuclear, segurança cibernética e a questão do Estado da Palestina. A escolha da Alemanha como país para este projeto não se baseia em motivações relacionadas à política externa ou à conjuntura internacional atual. Em projetos anteriores, já exploramos a Alemanha em profundidade, obtendo uma visão abrangente de sua economia, projetos, participação e atuação internacional. Portanto, optamos por conduzir um estudo ainda mais profundo da política externa alemã.

A priori, em relação à mudança climática, a Alemanha sempre está presente em conferências internacionais para a luta contra a mudança climática, como o Acordo Climático de Paris, que ocorreu em 2015. Analogamente, estabeleceu o objetivo de alcançar neutralidade de carbono até 2045, destacando seu compromisso em reduzir gradualmente a produção de energia a partir do carvão. Além disso, a Alemanha desempenha um papel significativo em projetos de proteção climática e biodiversidade, sendo o Brasil um dos principais países de foco nessa colaboração, evidenciado pelo lançamento de um novo edital para projetos conjuntos. Segundamente, o país está promovendo diversos projetos que propicia a equidade de

¹ Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. camilla.oliveira@sempreceub.com.

² Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. helenaareshernandes@gmail.com.

³ Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. eduardambaliza@gmail.com.

gênero, tanto em suas políticas domésticas, quanto em suas iniciativas internacionais. A nação, embora ainda tenha que melhorar muito em relação à representatividade feminina em diversas áreas, o Ministério da Família e das Mulheres procura melhorar este cenário ao introduzir o projeto “Forte para o Futuro”. Para mais, um tema antigo para a Alemanha é a tecnologia nuclear. Desde os anos 2000 o país vem gradualmente abandonando a utilização de energia nuclear em seu território, movimento que culminou no fechamento de todas as atividades de suas usinas nucleares em abril de 2023.

Outrossim, a segurança cibernética se tornou uma prioridade na agenda de política externa alemã. Refletindo uma abordagem tanto imaterial quanto material, a visão alemã sobre ameaças cibernéticas concentra-se em ataques a infraestruturas críticas, crimes cibernéticos, terrorismo, espionagem digital e a possibilidade de guerra híbrida. O governo considera essencial controlar e combater ameaças cibernéticas, dada a influência do ciberespaço nas transações econômicas e na infraestrutura de armamentos. Adicionalmente, uma série de eventos internacionais e nacionais, como os ataques DDoS à Estônia em 2007, a descoberta do Stuxnet em 2010 e as revelações de espionagem por Snowden em 2013 envolvendo a Agência de Segurança Nacional dos EUA e a Alemanha, influenciaram profundamente a percepção alemã em relação à segurança cibernética. Por fim, a posição da Alemanha referente ao Estado da Palestina é de solidariedade tanto com os palestinos, quanto com Israel. O país é um dos principais investidores de subsídios monetários a organizações palestinas, atuando, também, como doador de ajuda humanitária nos territórios palestinos, prestando assistência humanitária ao Estado da Palestina. Além disso, a Alemanha também oferece apoio a, principalmente devido ao sentimento de culpabilidade que os alemães ainda sentem por causa do Holocausto.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

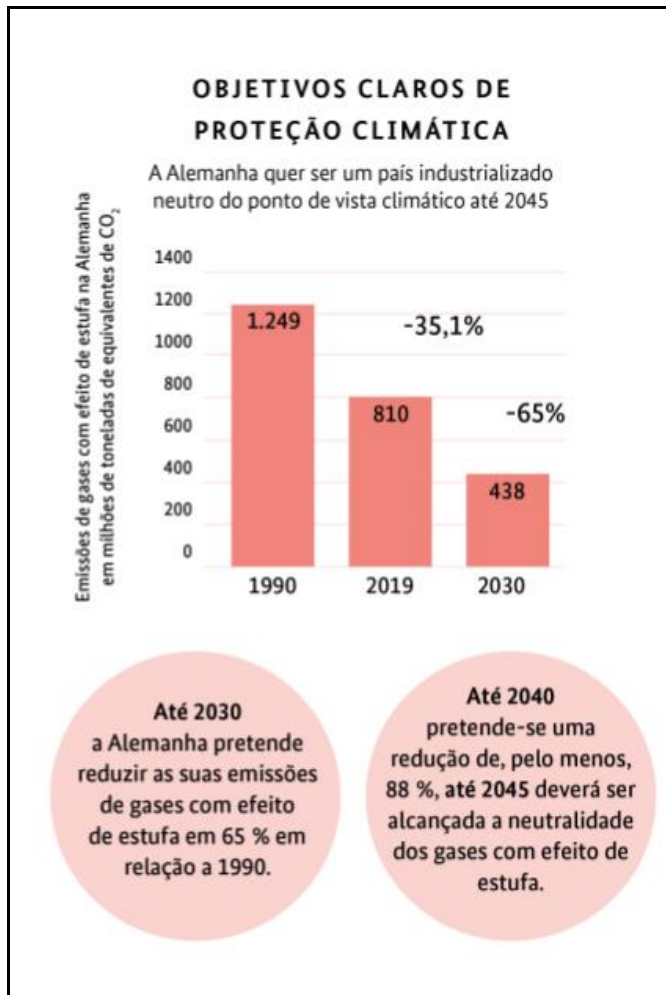
O estado Alemão é amplamente reconhecido como um dos países mais industrializados do mundo, contribuindo constantemente com novas tecnologias em diversos setores. A crise climática exige cooperação mundial, pois nenhum país ou

região pode enfrentar esse desafio global sozinho. A Alemanha tem se empenhado na proteção do clima em nível internacional há décadas. Para intensificar seus esforços, o Ministério Federal das Relações Externas assumiu a responsabilidade pela política internacional e estabeleceu como objetivo ancorar a cooperação internacional em matéria de clima como uma tarefa transversal (“Impulsionadora das cooperações sobre o clima | Perfil da Alemanha”, [s.d.]).

Comprometida com a temática, a Alemanha sempre está presente em conferências mundiais sobre o tema, onde o estado participou por exemplo da Cimeira da Terra em 1992 no Rio de Janeiro, Protocolo de Quioto em 1997 e mais recentemente, do Acordo Climático de Paris em 2015. A presença do Governo Federal Alemão no assunto é percebida por exemplo no Diálogo Climático de Petersberg, que acontece anualmente na Alemanha, com representantes de diversos estados (“Impulsionadora das cooperações sobre o clima | Perfil da Alemanha”, [s.d.]). Envolvida em ajudar países em desenvolvimento na implementação de medidas de proteção e adaptação às alterações climáticas, o país fez uma doação de US\$5 mil milhões de dólares (“Impulsionadora das cooperações sobre o clima | Perfil da Alemanha”, [s.d.]).

O país estabeleceu a meta de se tornar uma nação industrializada neutra em carbono até 2045, com a transição energética como um dos principais pilares. Isso inclui a eliminação progressiva da produção de energia a partir do carvão, contribuindo diretamente para a redução de gases poluentes. Desde 1990, as emissões de gases de efeito estufa na Alemanha já foram significativamente reduzidas (“Pioneira na política climática | Perfil da Alemanha”, [s.d.]).

Figura 01: Objetivos claros de proteção climática



Fonte: Tatsachen-Über-Deutschland (s.d.)

Acreditando firmemente que a cooperação global é essencial para o sucesso na proteção climática, o Acordo Verde é um compromisso central para alcançar esse objetivo. Com este acordo, a Europa pretende se tornar o primeiro continente neutro em termos climáticos até 2050 (“Pioneira na política climática | Perfil da Alemanha”, [s.d.]). Além de se engajar em questões europeias, o país é signatário da Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional das Espécies Ameaçadas de Extinção, visando a proteção da fauna e flora ameaçadas de extinção e

exploração: “assumimos um compromisso: a Alemanha deve ser neutra para o clima até 2045. Isto significa que estamos perante a maior transformação da nossa indústria e economia em pelo menos 100 anos.” (Chanceler Federal Olaf Scholz, 2021)

Visando à cooperação entre os países, no ano de 2024, Alemanha e Brasil lançaram um edital com foco em novos projetos para a proteção do clima e da biodiversidade, com um orçamento de cerca de € 65 milhões de euros (AMT, 2023). Esta iniciativa é um alicerce importante na implementação da parceria firmada entre o Chanceler Olaf Scholz e o Presidente Lula em dezembro de 2023, visando uma transformação socialmente justa e ecológica entre Brasil e Alemanha.

Os futuros projetos da iniciativa estão alinhados com a visão compartilhada por ambos os países, de que é necessária uma profunda transformação da economia e da sociedade para alcançar a neutralidade climática, parar a perda de biodiversidade e, ao mesmo tempo, promover a justiça social.

3 GÊNERO

Em 1948, em um cenário pós-Segunda Guerra Mundial, as únicas quatro mulheres que integravam o Conselho Parlamentar da Alemanha — Dr. Elisabeth Selbert, Friederike Nadig, Helene Weber e Helene Wessel — lutaram para incluir na Lei Básica Alemã o Artigo 3, Parágrafo 2, que estipula que: “O Estado deve promover a implementação efetiva da igualdade de direitos entre mulheres e homens e tomar medidas para eliminar as desvantagens que atualmente existem” (BAUER, 2023).

Embora consagrada na Constituição, a igualdade de gênero na Alemanha ainda é uma luta constante para as mulheres. Apesar dos avanços, dados publicados em 2019 pelo Departamento Federal de Estatística e pelo Ministério Federal de Economia e Energia no ano revelam que o país ainda enfrenta disparidades de gênero em diversas áreas. A disparidade salarial é gritante, em média, as mulheres alemãs recebem 18% menos que os homens, mesmo quando considerados fatores como experiências e formação educacional (IGLHAUT, 2022). Além disso, de

acordo com pesquisas apresentadas pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Gênero, a Alemanha está abaixo da média europeia, tendo as mulheres ganhando até 20% menos que os homens e representando apenas cerca de 15% dos cargos em conselhos administradores (WELLE, 2020) (FEDERAL MINISTRY FOR FAMILY AFFAIRS, SENIOR CITIZENS, WOMEN AND YOUTH, 2020).

Ademais, a presença feminina na política alemã ainda é escassa, homens ocupam 88% dos cargos de liderança, enquanto a representatividade das mulheres nos parlamentos é relativamente baixa (IGLHAUT, 2022). Um passo importante nesta história foi dado por Ângela Merkel, que passou 16 anos sendo Chanceler Federal e que abriu portas para outras mulheres na política, no final de seu mandato, a câmara baixa do parlamento da República Federal da Alemanha, Bundestag, tinha 35% das cadeiras ocupadas por mulheres (BAUER, 2023).

Outrossim, nos últimos anos a Alemanha vem se esforçando para mudar este cenário. O país vem participando ativamente de fóruns internacionais, conferências e cúpulas dedicadas à igualdade de gênero, assumindo, muitas vezes, papéis de liderança em iniciativas globais. Nesse contexto, o Ministério das Relações Exteriores (AA) e o Ministério Federal para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) comprometeram-se a integrar o desenvolvimento feminista na agenda de política externa (BAUER, 2023). O governo tem se empenhado em promover a participação de mulheres a ter um papel mais significativo nas negociações internacionais, principalmente em questões relacionadas à paz e ajuda humanitária.

Consequentemente, conforme o Boletim publicado pela “UN Women”, a partir de 2020 a Alemanha vem aumentando significativamente os subsídios voltados para a Organização. O país se tornou colíder da Coalização de Ação sobre Justiça e Direitos Econômicos, além de ser um dos principais agentes de cooperação no projeto “Team Europe Approach” (UN WOMEN, 2021, p.1), iniciativa da União Europeia (UE) que visa unir esforços e recursos para promover ações ao redor do mundo (EUROPE COMMISSION). Durante o “*Generation Equality Forum*”, realizado em Paris no dia 30 de junho de 2021, a Chanceler Ângela Merkel anunciou novos financiamentos destinados ao empoderamento econômico de meninas e

mulheres em todo o mundo. Esses financiamentos abrangem diversas iniciativas, como, por exemplo, a *“Women’s Leadership Initiative for Stability in Africa”*, que visa empoderar mulheres africanas por meio do empreendedorismo, e o *“Tackling the Root Causes of Displacement, Reintegrating Refugees”*, que apoia atividades de subsistência sustentáveis para mulheres e se concentra na redução da violência de gênero nas comunidades africanas (UN WOMEN, 2021, p.1-2).

Em 2020, o Ministério da Família e das Mulheres, liderado pela ministra Franziska Giffey, introduziu o primeiro programa federal focado na luta para a igualdade de gênero. Intitulado “Forte para o Futuro”, o projeto é apresentado como fonte catalisadora nesta luta. Conforme o princípio da igualdade contido na Constituição, o plano de ação foi formulado para reduzir as diferenças salariais, assim como diminuir a desigualdade nas aposentadorias dos trabalhadores homens e mulheres. Além disso, o programa visa fomentar a criação de estratégias que aprimorem as oportunidades de carreira, garantindo às mulheres as mesmas oportunidades de plano de carreira que os homens. Para atingir tal meta, o projeto enfatiza a necessidade de aumentar a quantidade de mulheres em cargos de liderança e exige que as empresas tenham 30% do quadro de empregados preenchido por mulheres (WELLE, 2020).

Ademais, o *“Gender Equality Index”* avalia os Estados-Membros da União Europeia em uma escala de 1 a 100, pontuação dada com base na igualdade de gênero em cada país. Em 2023, a Alemanha ficou em 11º posição no ranking, com uma pontuação de 70.8 , ficando 0.6 pontos acima da média geral da União Europeia. Desde 2010 a Alemanha vem aumentando sua pontuação (GENDER EQUALITY INDEZ, 2023). A avaliação é dividida em 6 domínios diferentes listados abaixo e está aparecendo na foto:

1. .. Trabalho: Mede a equidade de mulheres e homens e como podem se beneficiar de igual ascensão ao emprego e boas condições de trabalho;
2. .. Dinheiro: Mede as desigualdades de gênero no acesso a recursos financeiros e a situação econômica de mulheres e homens;

3. Conhecimento: Mede as desigualdades de gênero na realização educacional, na participação na educação e na formação ao longo da vida, e na segregação de gênero;
4. Tempo: Mede as desigualdades de gênero na alocação do tempo gasto com trabalho de cuidado e doméstico e atividades sociais;
5. Poder: Mede a igualdade de gênero em posições de tomada de decisão nas esferas política, econômica e social;
6. Saúde: Mede a igualdade de gênero em três aspectos relacionados à saúde: estado de saúde, comportamento de saúde e acesso aos serviços de saúde;
7. Violência contra as mulheres: Embora esteja com falta de dados para comparação com a União Europeia e para atribuir uma pontuação à Alemanha.

Figura 02: Índice de igualdade de gênero



Fonte: Gender Equality Index (2023)

4 TECNOLOGIA NUCLEAR

A Alemanha iniciou a eliminação progressiva da energia nuclear no início dos anos 2000. A partir dos anos 2000, o Governo Federal concordou com as empresas energéticas alemãs em eliminar progressivamente a energia nuclear (“Virada energética – Projeto para gerações”, [s.d.]). Após o desastre nuclear em Fukushima, no Japão, no ano de 2011, o fim regular da energia nuclear foi marcado para o final de 2022 (“Virada energética – Projeto para gerações”, [s.d.]). As últimas

usinas deveriam ter sido desativadas até o final de 2022, contudo, devido ao conflito entre Rússia e Ucrânia a data foi adiada. Após 60 anos de operação, em abril de 2023, a Alemanha decidiu encerrar a atividade de todas suas usinas nucleares (“‘Fim de uma era’: a decisão da Alemanha de abolir energia nuclear após 60 anos”, 2023).

A decisão gerou sentimentos mistos. Alguns aplaudem a medida, considerando-a um passo acertado para afastar o país de uma fonte de energia perigosa. Outros, no entanto, veem-na como um obstáculo à meta climática do país, pois o fechamento das usinas nucleares levou à continuidade do uso de energia proveniente do carvão (“‘Fim de uma era’: a decisão da Alemanha de abolir energia nuclear após 60 anos”, 2023). O fechamento das usinas pode representar um grande obstáculo para as metas climáticas alemãs. Embora o país tenha feito grande progresso no uso de energias renováveis, como a eólica e solar, a redução das emissões de gases poluentes tem sido lenta.

A resolução é contrária com a de outras nações, como por exemplo Estados Unidos, China e França, que apostam na energia nuclear para substituir os combustíveis fósseis que contribuem para o aquecimento global (“7 pontos para entender energia nuclear e os desafios para substituir petróleo”, 2022)

Enquanto usinas nucleares foram fechadas, o país reativou várias usinas elétricas a carvão, embora a nação ainda pretenda eliminar essa fonte de energia entre 2030 e 2038 (“7 pontos para entender energia nuclear e os desafios para substituir petróleo”, 2022), gerando diversos debates internos e previsões assustadoras.

As previsões iniciais sobre o fechamento das usinas nucleares não eram animadoras: esperava-se um aumento nas emissões de CO₂ e nos preços da energia para os consumidores. No entanto, felizmente, nenhuma dessas previsões se concretizou. Segundo o governo alemão, a participação das energias renováveis aumentou, e o preço da eletricidade permaneceu estável. Pesquisas indicam que, se as usinas nucleares tivessem continuado em operação, os preços provavelmente teriam aumentado, devido aos altos custos de manutenção dessas instalações (“‘Fim de uma era’: a decisão da Alemanha de abolir energia nuclear após 60 anos”, 2023).

5 SEGURANÇA CIBERNÉTICA

No cenário geopolítico atual, a segurança cibernética se destaca como uma quarta força fundamental na estrutura militar de diversas nações, assumindo um papel crucial na defesa nacional. À medida que o ciberespaço, considerado o quinto domínio de guerra, se torna um campo de batalha cada vez mais estratégico, esse novo domínio acaba por apresentar desafios sem precedentes para a segurança das infraestruturas críticas da sociedade. Influenciado por uma série de eventos tanto internacionais quanto nacionais, o governo alemão tem desenvolvido políticas e programas para mitigar as ameaças cibernéticas. Alguns dos incidentes mais impactantes incluem:

Internacionais:

- Ataques DDoS na Estônia em 2007
- Stuxnet em 2010
- Revelações de Snowden em 2013
- Ataque ao Escritório de Gestão de Pessoal dos EUA em 2015

Nacionais:

- Defacement em 2003
- Invasão por um Trojan em 2007
- Atividades do grupo “No Name Crew” em 2010/2011
- Ameaça Avançada Persistente (APT) contra uma siderúrgica em 2014
- Incidente envolvendo o malware “God” em 2019

Nesse cenário, a proteção desses sistemas críticos torna-se uma responsabilidade inalienável dos Estados, detentores do monopólio legítimo da força. A Alemanha, nesse contexto, se destaca como líder em projetos voltados à normatização do ciberespaço. A Autoridade Federal de Segurança Cibernética (BSI) monitora de perto os ataques cibernéticos contra instituições governamentais e

públicas, empresas e indivíduos, além de propor medidas de prevenção e combate a tais situações.

O Centro Nacional de Situação de TI (Lagezentrum IT) do BSI, inaugurado em suas novas instalações em fevereiro de 2024, é a peça central da defesa cibernética operacional da Alemanha. Com o dobro de postos de trabalho e equipado com tecnologia de comunicação social de última geração, o centro opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, para fornecer uma avaliação precisa e em tempo real da situação da cibersegurança no país. Neste contexto, essa capacidade aprimorada permite que o BSI avalie rapidamente a necessidade de ação, ou seja, em caso de incidentes de segurança cibernética, as autoridades podem tomar decisões ágeis e eficazes, tanto a nível nacional quanto no setor privado (BSI, 2023).

Com base em dados do relatório da BSI, o presente texto tem como objetivo apresentar um panorama das ameaças cibernéticas que pairam sobre o Estado alemão, os riscos que elas representam e as tendências mais recentes no campo da segurança cibernética.

Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA) define ameaça cibernética como qualquer perigo que afete redes de informação em todos os setores da sociedade, gerando impactos tangíveis. Sob essa ótica, torna-se evidente que, embora as ameaças cibernéticas sejam imateriais em sua essência, seus efeitos e consequências podem ser concretos, impactando significativamente a economia, a política, a sociedade, a segurança e a defesa dos países da União Europeia (REISDOERFER e ALCÂNTARA, 2020, pág 172). É importante ressaltar que cada país da União Europeia atua no controle e na determinação de suas próprias ameaças, cabendo à União o papel de fomentar a negociação e o trabalho conjunto para fortalecer a resiliência cibernética.

A Alemanha se destaca como um país conectado, com 77,53 milhões de usuários de internet e uma penetração de 93,1% em 2023 (DATAREPORTAL, 2023). No entanto, essa conectividade ainda não se traduz plenamente em participação digital das empresas, com apenas 23,5% das pequenas e médias empresas (PMEs) vendendo online e 11,3% exportando em 2017. Nas redes sociais, a Alemanha possui cerca de 70,90 milhões de usuários, o que representa 85,1% da

população (DATAREPORTAL, 2023). Contudo, essa presença online contrasta com a baixa adesão ao e-commerce pelas PMEs, sugerindo uma possível falta de mão de obra qualificada para lidar com as demandas da era digital.

Diante deste cenário, segundo o BSI, o recente período foi marcado por um ambiente cibernético permeado por tensões, elevando as ameaças a patamares sem precedentes. Em linha com anos anteriores, observou-se um alto índice de crimes cibernéticos, com foco desproporcional em pequenas e médias empresas (PMEs), administrações locais e empresas municipais. Ao contrário do passado, onde grandes empresas concentravam a atenção dos criminosos, agora o alvo são cada vez mais as pequenas e médias organizações, além de instituições estatais e municípios. Portanto, vale destacar que ataques cibernéticos bem-sucedidos contra governos locais e empresas municipais representam um risco significativo para os cidadãos, pois podem levar à indisponibilidade de serviços essenciais e à exposição de dados pessoais.

O relatório anual divulgado pela BSI ressalta ainda mais o impacto das inteligências artificiais degenerativas, como o ChatGPT, Gemini e LLaMa. Observa-se que, embora essas ferramentas sejam fáceis de usar, sua acessibilidade pode resultar em usos impróprios para atividades criminosas. Por exemplo, destaca-se a crescente autenticidade dos deepfakes - manipulações de imagens, vídeos e vozes - tornando-os mais desafiadores de detectar. Além disso, a IA pode aumentar a credibilidade dos e-mails de phishing, contribuir para a propagação de desinformação em redes sociais e até mesmo gerar códigos maliciosos com eficiência superior à de muitos cibercriminosos humanos. Nesse contexto, a IA também se torna uma potencial vulnerabilidade, sujeita a hackeamentos e uso indevido, apresentando desafios sem precedentes para a gestão de segurança cibernética em empresas e instituições governamentais.

Diante desse cenário, o BSI oferece uma variedade de recursos e serviços para ajudar empresas e indivíduos a se protegerem contra-ataques cibernéticos. Através de seu site oficial, a agência federal alemã fornece informações abrangentes sobre diversas ameaças, além de guias práticos e ferramentas para implementar medidas de segurança eficazes. O BSI auxilia empresas na proteção contra-ataques

cibernéticos, cobrindo áreas como segurança de redes e servidores, computação em nuvem e aplicativos da web. Além de auxiliar na proteção de empresas, o BSI também oferece recursos valiosos para indivíduos que desejam se proteger online. O site fornece informações sobre segurança de senhas, incluindo como criar senhas fortes e gerenciá-las de forma eficaz. É interessante comentar que o 1º de fevereiro é na Alemanha o “Dia mundial de mudar sua senha”, garantindo uma maior segurança. Há também dicas para se proteger contra malwares, como instalar e manter antivírus atualizados, e para identificar e evitar ataques de phishing. O BSI ainda fornece informações sobre como denunciar fraudes online.

Portanto, a segurança cibernética, no contexto geopolítico atual, emerge como uma peça vital na estratégia de defesa nacional de muitos países, incluindo a Alemanha. Compreende-se que as ameaças cibernéticas estão em constante evolução, ampliando-se em escala e sofisticação, apresentando-se como um perigo iminente tanto para as instituições governamentais e empresas, como também colocam em risco a vida cotidiana dos cidadãos, comprometendo serviços essenciais e expondo dados pessoais.

6 ESTADO DA PALESTINA

“A existência segura de Israel é do interesse nacional da Alemanha e, portanto, faz parte da nossa razão de Estado”.
Ângela Merkel.

A declaração realizada por Ângela Merkel pode ser compreendida como uma tarefa do governo alemão de se empenhar para criar um ambiente regional que promova a segurança de Israel. Alemanha é um dos estados que mais doam para organizações palestinas, com cerca de 350 milhões de euros anuais com foco em água, desenvolvimento econômico, segurança pública, boa governança e educação (SCHOSSLER, 2023). Além disso, o país europeu atua em cooperação entre Israel e os seus vizinhos árabes numa variedade de setores, bem como às negociações internacionais que visam garantir que o Irã não desenvolva um programa de armas nucleares (SCHOSSLER, 2023).

Após os ataques do Hamas de 7 de outubro de 2023, o governo da Alemanha assegurou a Israel sua total solidariedade, enfatizou o direito do país à autodefesa e,

diferente de outros países europeus, não pediu um cessar-fogo na região (“Como alemães veem postura de Berlim no conflito Israel-Hamas”, 2023).

Desde o começo da guerra, o governo alemão não só ofereceu amplo apoio político e diplomático a Israel, como também acelerou exportações de armas para o estado israelense. Uma ação concreta para este apoio pode ser vista que, até 2 de novembro de 2023, o governo alemão autorizou a exportação de 303 milhões de euros em armamentos e equipamentos militares para Tel Aviv (“Alemanha exportou dez vezes mais armas a Israel que em 2022”, 2023).

A elite política alemã justifica sua posição alegando o sentimento de culpa que ainda existe no país devido ao Holocausto e a necessidade de fazer as pazes apoiando Israel no conflito. Em relação ao conflito atual, a posição da Alemanha é clara: o Hamas é considerado um grupo extremista e sub civilizatório, e os crimes que cometeu são indiscutivelmente injustificáveis. Ao mesmo tempo, a Alemanha reconhece que os palestinos não são representados pelo Hamas e têm o direito indiscutível a um Estado soberano que reconheça e conviva pacificamente com Israel (JEGIC, 2024).

Mesmo com a relação especial entre Alemanha e Israel, conforme dito anteriormente, a Alemanha é o maior doador de ajuda humanitária nos territórios palestinos e apoia organizações humanitárias que prestam assistência humanitária necessária na região. Desde o início do atual conflito armado, o Governo Federal Alemão tem trabalhado para aliviar o sofrimento da população que está envolvida na guerra. Em 2023, o país europeu triplicou sua ajuda humanitária para Gaza e enviou 60 milhões de euro para a região, com a prioridade de ajuda alimentar, cuidados ligados à saúde básica e apoio psicossocial (“Germany and the Palestinian territories: Bilateral relations”, 2024).

REFERÊNCIAS

A agenda ambiental alemã e a questão nuclear - MIT Technology Review. MIT Technology Review - Brasil. Disponível em: <<https://mittechreview.com.br/a-agenda-ambiental-alema-e-a-questao-nuclear/>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Alemanha exportou dez vezes mais armas a Israel que em 2022. UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas->

noticias/deutschewelle/2023/11/08/alemanha-exportou-dez-vezes-mais-armas-a-israel-que-em-2022.htm>. Acesso em: 12 jun. 2024.

ALEXANDRE SCHOSSLER. **Por que segurança de Israel é razão de Estado para Alemanha?** dw.com. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/por-que-a-seguran%C3%A7a-de-israel-%C3%A9-raz%C3%A3o-de-estado-para-a-alemanha/a-67121734>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

AUSWÄRTIGES AMT. **Alemanha Abre Licitações Globais para Proteção Climática e Biodiversidade:** Instituições Brasileiras Convidadas a Participar. Disponível em: <<https://brasil.diplo.de/br-pt/noticias/-/2636630>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

AUSWÄRTIGES AMT. **Germany and the Palestinian territories: Bilateral relations.** German Federal Foreign Office. Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/palestinianterritories/228226>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BAUER, Friederike. **Equal rights but everyday life often falls short.** deutschland.de. 12/03/2023. Disponível em: <<https://www.deutschland.de/en/topic/life/strengthening-women-federal-government-promotes-equality>>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

BAUER, Friederike. **The mothers of the Basic Law.** deutschland.de. 17/05/2023. Disponível em: <<https://www.deutschland.de/en/topic/politics/germany-basic-law-women-and-equality>>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

BBC NEWS. **“Fim de uma era”: a decisão da Alemanha de abolir energia nuclear após 60 anos** - BBC News Brasil. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9010147xvyo>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

BBC NEWS. **7 pontos para entender energia nuclear e os desafios para substituir petróleo** - BBC News Brasil. BBC News Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61261074>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Cevik, S. **Once Again, Germany Is on the Wrong Side of History.** Arab Center Washington DC. Disponível em: <<https://arabcenterdc.org/resource/once-again-germany-is-on-the-wrong-side-of-history/>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Clima e energia. Perfil da Alemanha. Disponível em: <<https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/clima-e-energia>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Como alemães veem postura de Berlim no conflito Israel-Hamas. UOL. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/11/12/como-alemaes-veem-postura-de-berlim-no-conflito-israel-hamas.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DENIJAL J. Why is Germany so viciously anti-Palestinian? Al Jazeera.

Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/opinions/2024/1/7/why-is-germany-so-viciously-anti-palestinian>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Fim de uma era: Alemanha fecha suas últimas usinas nucleares. Uol.com.br.

Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2023/04/15/fim-de-uma-era-alemanha-fecha-suas-ultimas-usinas-nucleares.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GENDER EQUALITY INDEX | 2023 | DE | EUROPEAN INSTITUTE FOR

GENDER EQUALITY. Disponível em: <<https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2023/country/DE>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

Gender Equality Policy in Germany. FEDERAL MINISTRY FOR FAMILY

AFFAIRS, SENIOR CITIZENS, WOMEN AND YOUTH. 11/06/2024. Disponível em: <<https://www.bmfsfj.de/bmfsfj/meta/en/equality/gender-equality-policy>>.

Acesso em: 17 junho. 2024.

IGLHAUT, Christina. Assim vivem e trabalham as mulheres na Alemanha.

04/03/2022. Disponível em: <<https://www.deutschland.de/pt-br/topic/vida/mulheres-na-alemanha-sociedade-politica-educacao>>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

Impulsionadora das cooperações sobre o clima. Perfil da Alemanha. Disponível

em: <<https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/clima-e-energia/impulsionadora-das-cooperacoes-sobre-o-clima>>. Acesso em: 05 jun. 2024.

Pioneira na política climática. Perfil da Alemanha. Disponível em:

<<https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/alemanha-sinopse/pioneira-na-politica-climatica>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

Por que a segurança de Israel é razão de Estado para a Alemanha? TV Cultura.

Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/dw/67121734_por-que-a-seguranca-de-israel-e-razao-de-estado-para-a-alemanha.html>. Acesso em: 12 jun. 2024.

TEAM EUROPE INITIATIVES. Europe Comission. Disponível em:

<https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/team-europe-initiatives_en#:~:text=on%20the%20ground.-,What%20is%20Team%20Europe%3F,more%20effectiveness%20and%20greater%20impact>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

UN WOMEN AND GERMANY. UN WOMEN. Agosto de 2021. Disponível em:

<<https://www.unwomen.org/sites/default/files/2021-12/Partners-for-change-Germany-en.pdf>>. Acesso em 17 de junho de 2024.

Virada energética – Projeto para gerações. Perfil da Alemanha. Disponível em:

<<https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/clima-e-energia/virada-energetica-projeto-para-geracoes>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

WELLE, Deutsche. **Governo alemão aprova primeiro plano nacional para igualdade de gênero**. Portal G1. 08/07/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/08/governo-alemao-aprova-primeiro-plano-nacional-para-igualdade-de-genero.ghtml>>. Acesso em: 17 de junho de 2024.

WELLE, Deutsche. **Há um ano, Alemanha encerrava sua era nuclear**. dw.com. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-um-ano-alemanha-encerrava-sua-era-nuclear/a-68828968>>. Acesso em: 12 jun. 2024.

BSI. **Information Security Status Report 2023**. Bonn: Federal Office for Information Security (BSI), 2023. Disponível em: <https://www.bsi.bund.de/EN/Service-Navi/Publikationen/Lagebericht/lagebericht_node.html>. Acesso em: 4 jun 2024.

REISDOERFER, Bruna; ALCÂNTARA, Bruna. **Alemanha como Líder na Determinação de Ameaças Cibernéticas na União Europeia?**. Rev. Carta Inter., Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2020, p. 163-189. Disponível em: <<https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1063/786>>. Acesso em: 4 jun 2024

KEMP, Simon. **DIGITAL 2023: GERMANY. DataReportal**, 2023. Disponível em: <<https://datareportal.com/reports/digital-2023-germany>>. Acesso em: 14 jun. 2024.

AUSTRÁLIA

André Vinícius Martins de Oliveira¹

João Paulo Marcelino²

Júlia de Faria Fernandes³

1 INTRODUÇÃO

A Austrália se posiciona como um ator de destaque no cenário internacional, articulando seus interesses nacionais e valores fundamentais em uma abordagem que prioriza a cooperação global e o respeito às normas internacionais. A escolha da Austrália como objeto de análise na Política Externa (PE) reflete sua participação ativa em temas globais estratégicos, como segurança cibernética, tecnologia nuclear, mudanças climáticas, gênero e o conflito na Palestina. Embora a Austrália não possua uma influência tão decisiva quanto outras nações com maiores recursos e presença política, suas abordagens a esses temas oferecem uma perspectiva valiosa para a análise de boletins e estudos conjunturais. O estudo de sua participação nesses debates internacionais revela tanto a continuidade quanto as possíveis futuras movimentações estratégicas do país.

A formação da política externa australiana é profundamente influenciada por sua posição geográfica, história colonial e alianças estratégicas. Inicialmente alinhada com os interesses do Império Britânico, a Austrália passou a consolidar uma política externa independente no século XX, com destaque para sua parceria com os Estados Unidos no âmbito da segurança regional e global, especialmente através do Tratado ANZUS. Além disso, a inserção da Austrália na região da Ásia-Pacífico tem sido um elemento-chave, refletindo uma estratégia de engajamento econômico e diplomático com seus vizinhos.

¹ Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. andre.vinicius@sempreceub.com.

² Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil.

³ Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil.

Este boletim analisará como o país promove a igualdade de gênero por meio de iniciativas domésticas e sua influência em fóruns globais, além de abordar as relações com a Palestina e seus desdobramentos diplomáticos que impactam a estabilidade regional.

Deste modo, o boletim discutirá o enfrentamento das mudanças climáticas, avaliando a participação australiana em acordos internacionais e suas ações concretas. Ao tratar desses temas, a análise busca oferecer uma visão abrangente de como a Austrália alinha suas prioridades internas com os desafios e oportunidades do contexto global, reafirmando seu papel como protagonista comprometido com a estabilidade, a inovação e os direitos humanos.

Por fim, serão exploradas as estratégias de segurança cibernética adotadas pela Austrália, que respondem aos desafios da digitalização e às ameaças emergentes, e o uso e desenvolvimento de tecnologia nuclear, com ênfase em suas aplicações pacíficas e importância estratégica.

2 GÊNERO

A Austrália tem demonstrado ao longo dos anos um engajamento contínuo com questões de gênero, refletido tanto em políticas internas quanto em seu posicionamento em fóruns internacionais. Em sua abordagem nacional, o país tem buscado, gradualmente, uma maior igualdade de gênero, embora desafios significativos ainda persistam, particularmente em áreas como a violência doméstica, desigualdade salarial e representação política.

Para compreender o posicionamento da Austrália em relação à questão de gênero, é importante considerar tanto os avanços quanto as limitações presentes nas políticas e nas práticas sociais. Nos últimos anos, o governo australiano implementou uma série de medidas voltadas à promoção da igualdade de gênero. Uma dessas iniciativas foi o lançamento do "Gender Equality Strategy" pelo governo federal (COMMONWEALTH OF AUSTRALIA, 2024), que visa garantir a paridade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, além de criar condições para a eliminação da discriminação de gênero.

A Austrália também tem se dedicado a melhorar as condições de trabalho das mulheres, especialmente em setores onde elas são tradicionalmente sub-representadas, como em áreas de liderança empresarial e governamental. A presença feminina no Parlamento australiano, por exemplo, tem mostrado um crescimento gradual, com a eleição de mais mulheres nas últimas décadas, embora ainda seja necessária uma representação proporcional à sua participação na população (INTER-PARLIAMENTARY UNION, 2022).

Outro aspecto relevante na política de gênero da Austrália é o combate à violência doméstica, um problema persistente no país. Em resposta, o governo australiano lançou várias campanhas de conscientização e implementou políticas públicas de apoio às vítimas. A Estratégia Nacional de Prevenção da Violência contra as Mulheres, estabelecida pelo governo, busca combater a violência doméstica, sexual e a violência de gênero, com foco na educação e na mudança de comportamentos que perpetuam essas práticas. Embora haja avanços no âmbito legislativo e em políticas públicas, a violência de gênero continua a ser um dos maiores desafios enfrentados pela sociedade australiana, refletindo ainda uma cultura de misoginia que precisa ser mais amplamente abordada (O GLOBO, 2024.).

Além disso, o país tem dado passos importantes no reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQIA+. A Austrália legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2017, após um referendo nacional, uma vitória significativa para os direitos civis dessa comunidade (VEJA, 2017). No entanto, o país ainda enfrenta desafios em relação à discriminação no local de trabalho e em áreas como saúde, onde pessoas trans e não binárias muitas vezes enfrentam barreiras no acesso a serviços adequados e sensíveis às suas necessidades.

O papel da Austrália no cenário internacional em relação às questões de gênero também merece destaque. O país tem sido um defensor ativo da promoção da igualdade de gênero nas Nações Unidas, onde tem apoiado resoluções sobre o empoderamento das mulheres e meninas e o combate à violência de gênero. A Austrália, por meio de sua ajuda externa, tem investido em programas que visam a educação e a saúde das mulheres em países em desenvolvimento, promovendo o acesso à educação e ao empoderamento econômico (DFAT, 2023). A política

externa australiana também tem se alinhado com iniciativas globais para promover os direitos das mulheres em contextos de crise, como em situações de conflitos armados e refugiados, onde as mulheres frequentemente enfrentam riscos exacerbados de violência e discriminação.

Contudo, é importante notar que, apesar das iniciativas e avanços, a Austrália ainda enfrenta uma série de desafios internos. A desigualdade salarial entre homens e mulheres continua sendo uma questão central, com mulheres, especialmente em cargos de liderança e em setores específicos, recebendo salários significativamente mais baixos do que seus colegas homens.

Além disso, a escassez de apoio em políticas públicas voltadas à conciliação entre vida profissional e familiar também limita a participação plena das mulheres no mercado de trabalho. A falta de acesso universal a serviços de cuidados infantis e a persistência de normas de gênero rígidas complicam ainda mais essa questão, limitando as oportunidades para mulheres em todo o país.

Em termos de perspectivas futuras, a Austrália parece estar ciente dos desafios que ainda enfrentam as questões de gênero no país. As políticas de inclusão e igualdade de gênero seguem sendo um foco de atenção, tanto no âmbito do governo quanto da sociedade civil, que continua pressionando por mudanças significativas. No entanto, os progressos continuam a ser graduais e muitas das desigualdades estruturais ainda permanecem.

Em uma análise mais ampla, o país precisa adotar uma abordagem mais integrada para a promoção da igualdade de gênero, que envolva não apenas políticas públicas, mas também um esforço coletivo para transformar normas sociais e culturais profundamente arraigadas.

Nesse sentido, o compromisso da Austrália com a igualdade de gênero continua a ser uma questão complexa e multifacetada, que requer um esforço contínuo de todas as partes da sociedade. Embora avanços significativos tenham sido feitos nas últimas décadas, as desigualdades de gênero no país ainda são evidentes em diversas áreas, e o caminho para uma sociedade verdadeiramente igualitária permanece um desafio a ser enfrentado nos próximos anos.

3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A política externa da Austrália em relação às mudanças climáticas reflete uma combinação de interesses nacionais, econômicos e diplomáticos, evidenciando os desafios do país em equilibrar sua dependência dos combustíveis fósseis com a pressão internacional por uma atuação mais comprometida. A Austrália tem adotado uma abordagem pragmática nas negociações globais sobre o clima, defendendo estratégias que conciliem crescimento econômico e transição energética, mas enfrentando críticas por não demonstrar uma liderança mais contundente no tema.

No âmbito multilateral, a Austrália é signatária do Acordo de Paris, comprometendo-se a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 26% a 28% abaixo dos níveis de 2005 até 2030 e alcançar emissões líquidas zero até 2050 (DFAT, 2024; DCCEEW, 2024). Contudo, as metas australianas foram frequentemente classificadas como conservadoras, especialmente considerando o status do país como um dos maiores emissores per capita do mundo. Nas Conferências das Partes (COP) sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, 2024), a Austrália tem defendido abordagens tecnológicas como soluções viáveis, com ênfase em captura e armazenamento de carbono (CCS) e no desenvolvimento de hidrogênio verde.

A relação da Austrália com seus vizinhos no Pacífico desempenha um papel central em sua política externa climática. As nações insulares do Pacífico são extremamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, como a elevação do nível do mar, tempestades mais intensas e perda de biodiversidade marinha. Esses países têm pressionado a Austrália a adotar uma postura mais proativa e ambiciosa no combate às mudanças climáticas, considerando o impacto desproporcional que enfrentam. Em resposta, a Austrália lançou iniciativas como o "Pacific Step-up", que inclui suporte financeiro e técnico para ajudar as nações insulares a enfrentarem os desafios climáticos (AUSTRALIA, 2023). No entanto, críticos apontam que essas ações são insuficientes, principalmente porque o país continua investindo pesadamente na exportação de combustíveis fósseis.

Além disso, a Austrália tem estabelecido parcerias bilaterais e multilaterais para promover tecnologias de baixa emissão. Um exemplo é a colaboração com o Japão e outros países asiáticos para o desenvolvimento e comercialização de hidrogênio verde, visto como uma alternativa energética promissora (AUSTRALIAN HYDROGEN COUNCIL, 2024). O país também tem buscado acordos internacionais que promovam o intercâmbio de tecnologias e recursos para mitigar as mudanças climáticas. Apesar disso, essas iniciativas são frequentemente vistas como complementares, enquanto a demanda por reduções imediatas de emissões permanece uma questão central.

No contexto das relações com potências globais, a política climática australiana tem sido moldada por sua aliança com os Estados Unidos e suas relações econômicas com a China. Os Estados Unidos têm incentivado a Austrália a adotar compromissos mais ambiciosos no combate às mudanças climáticas, especialmente sob administrações americanas mais progressistas em termos climáticos, como a do presidente Joe Biden (AUSTRALIA; 2024).

A política climática externa da Austrália também tem implicações reputacionais. O país foi alvo de críticas em fóruns internacionais, especialmente após ser incluído no ranking dos piores desempenhos climáticos do mundo em relatórios como o Climate Change Performance Index (CCPI, 2024). Além disso, movimentos de pressão internacional, incluindo campanhas de ativistas e organizações não governamentais, têm exposto as contradições entre as promessas climáticas do país e suas práticas domésticas e comerciais.

Embora a Austrália tenha demonstrado avanços em algumas áreas, como o aumento do investimento em energias renováveis e a promoção de tecnologias limpas no exterior, sua política externa climática ainda é percebida como tímida diante da urgência da crise climática global. O equilíbrio entre a preservação de interesses econômicos nacionais e o cumprimento de obrigações internacionais será fundamental para determinar o papel da Austrália como um ator confiável e relevante na governança climática global.

4 ESTADO DA PALESTINA

Em um contexto geral, a relação entre a Austrália e o Estado palestino é marcado por mudanças e variações na postura e nas opiniões sobre como deve ser realizada a política externa com os palestinos. A Austrália ainda não reconhece o Estado da Palestina como um Estado oficial e soberano, o que provavelmente dificulta tomadas de decisões diplomáticas envolvendo a Palestina, porém, o tema é um debate no país, considerando a recente mudança de liderança. Em reuniões e assembleias da ONU, onde envolviam questões envolvendo Palestina e Israel, a Austrália tinha a tendência de votar em questões favoráveis a Israel, ou se abstendo de votar (CNN Brasil, 2024).

Apenas em 2023 a Austrália teve uma opinião positiva mais direcionada a Palestina, com a recente mudança de partido político no país, liderado por Anthony Albanese, do Partido Trabalhista, optou por uma postura mais equilibrada em relação ao problema em torno de Israel e Palestina. Essa percepção sobre o conflito leva a crer que o país agora está mais interessado em encontrar soluções para parar a guerra e buscar uma medida sobre a ocupação israelense em territórios da Palestina.

O país da Oceania, adota um posicionamento cauteloso e pacífico, apesar de suas recentes mudanças de opinião e votos, em relação à situação histórica envolvendo o Estado da Palestina e o Estado de Israel, e busca uma resolução onde as duas nações tenham condições de coexistir como Estados independentes, prezando pelo equilíbrio nas questões políticas internas e externas dos dois países quando se trata desse debate político.

Internamente a Austrália passa por um período de divergências de opiniões sobre a Palestina, considerando que a comunidade judaica é muito forte no país, porém, uma recente crescente por parte da população australiana começa a dar voz a causa palestina, entendendo que os atos israelenses não são corretos. Essa diferença de opiniões por parte da sociedade civil tem um impacto direto sobre a política externa do país, tendo em vista que ondas de protestos e pressão social têm a tendência de causar mudanças no rumo da política.

A visão da Austrália mais recente sobre a guerra entre Israel e Palestina, é de que as tropas comandadas por Netanyahu deveriam mudar de rumo e as formas que operam na Faixa de Gaza, considerando que ele poderia perder apoio internacional,

passando a perder força na diplomacia internacional. Isso se dá muito pela forma com que Israel vem atacando a Palestina, e principalmente as regiões próximas à Faixa de Gaza, deixando inúmeras pessoas mortas, incluindo crianças e mulheres inocentes.

Ainda como parte da política externa da Austrália envolvendo a Palestina, o governo australiano enviou tropas militares ao Oriente Médio, porém sem a intenção de travar guerras ou apoiar um lado específico, mas sim para ajudar australianos da região, como reportou a CNN Brasil (CNN Brasil, 2024).

5 SEGURANÇA CIBERNÉTICA

A Austrália apresentou, em 2024, um novo projeto de lei voltado para o fortalecimento da segurança cibernética do país. O objetivo principal é estabelecer padrões mínimos de segurança para dispositivos da Internet das Coisas (IoT) e tornar obrigatória a apresentação de relatórios por empresas de infraestrutura crítica após sofrerem ataques de ransomware. O ransomware é um tipo de malware que sequestra dados ou dispositivos e ameaça mantê-los bloqueados, ou divulgá-los, a menos que um resgate seja pago ao invasor (Alberto, 2024).

Historicamente, a segurança cibernética na Austrália apresentava graves deficiências, de acordo com Manuel (2019), o tema era tratado como uma preocupação emergente tanto para a população quanto para o governo. O primeiro grande esforço legislativo, iniciado em 2016, foi mal recebido e falhou em pontos fundamentais. Em 2017, o governo implementou leis de retenção de dados que permitiam a espionagem de cidadãos pelas autoridades, exigindo que operadoras armazenassem metadados de comunicações e atividades online. Embora o acesso fosse inicialmente restrito a poucas agências para combater o terrorismo, em 2018 descobriu-se que mais órgãos estavam utilizando os dados do que o prometido.

Com perdas superiores a 65 milhões de dólares em golpes virtuais apenas em 2020, a Austrália reconheceu a necessidade urgente de reestruturar sua estratégia de segurança cibernética. De acordo com Manuel (Manuel, 2019), um dos planos incluía revisar as abordagens vigentes, o que resultou no atual projeto de lei.

O Ministro de Assuntos Internos, Tony Burke, destacou que a nova legislação, aprovada em novembro de 2024, oferece uma estrutura para que consumidores e o governo possam enfrentar problemas cibernéticos de maneira eficiente, fortalecendo a economia e promovendo a confiabilidade dos produtos. Além disso, o projeto estabelece um canal claro de comunicação entre as vítimas e o governo.

Segundo Alberto (2024), essas medidas posicionam a Austrália como referência global em segurança cibernética, refletindo uma tendência de legislações mais rigorosas. Exemplos disso incluem a proibição de redes sociais para menores de 16 anos, evidenciando a preocupação do país com a saúde mental dos jovens e com os perigos do ambiente virtual. Ainda de acordo com Alberto (2024), as empresas devem se preparar para mudanças contínuas e legislações cada vez mais rígidas, reforçando a segurança cibernética como uma prioridade essencial.

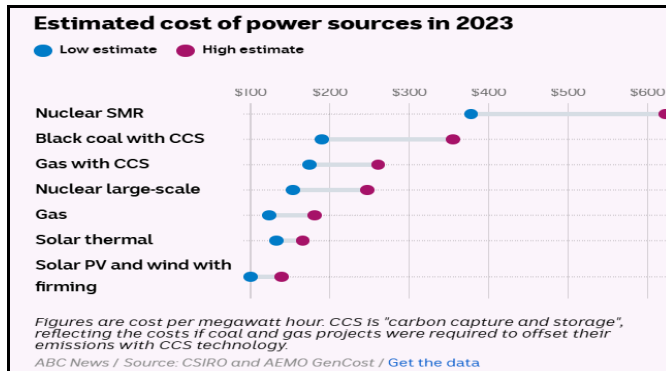
A reação das empresas ao novo posicionamento legislativo australiano foi marcada por críticas de figuras influentes, como Elon Musk, que classificou o governo australiano como "fascista" devido ao último projeto de lei sobre redes sociais. Apesar das críticas das "Big Techs", o apoio público à medida é significativo. Uma pesquisa realizada pela YouGov na segunda metade deste mês mostrou que 77% dos australianos apoiam a proibição de redes sociais para menores de 16 anos. O levantamento contou com a participação de 1.515 pessoas e apresentou uma margem de erro de 3,2%, como foi reportado pela CNN Brasil (2024).

6 TECNOLOGIA NUCLEAR

Entre os cinco países com maior reserva de urânio no mundo, a Austrália ocupa a liderança com 28,7%, conforme dados obtidos do governo brasileiro. Apesar disso, o governo australiano não demonstra interesse no uso de energia nuclear para geração elétrica. Pesquisadores apontam que os custos seriam extremamente elevados, utilizando como exemplo os US\$88 bilhões gastos pelo Reino Unido na construção da usina nuclear Hinkley Point C. Estima-se que, para a Austrália, a

transição para a energia nuclear seria 1,5 vez mais cara que alternativas renováveis (ABC NEWS, 2024).

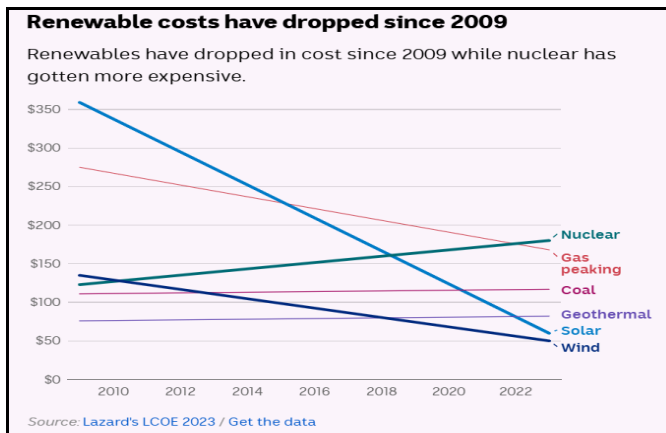
Figura 1: Custo estimado de fontes de energia em 2023.



Fonte: CSIRO, 2024.

O modelo energético atual da Austrália, predominantemente baseado no carvão, demandaria cerca de 10 anos para ser substituído pela energia nuclear. Adicionalmente, outras fontes renováveis, como solar e eólica, apresentam custos mais baixos ao longo do tempo, enquanto os custos da energia nuclear aumentaram consideravelmente (CSIRO, 2024).

Figura 2: Custos de energia renovável despencam após 2009.



Fonte: LCOE, 2023.

Com relação aos pequenos reatores nucleares (SMRs, sigla em inglês), projetos como o iniciado em 2015, em parceria com os Estados Unidos, foram descontinuados em 2023 devido ao aumento de 56% nos custos estimados inicialmente. Estudos indicam que os SMRs não atenderiam à demanda energética

do país, sendo insuficientes para desempenhar um papel principal no fornecimento energético. Além disso, o tempo e o custo para a construção de reatores nucleares de grande escala tornam a solução inviável frente às necessidades da população (CSIRO, 2024).

Outro ponto relevante é o uso da tecnologia nuclear para fins militares. Embora a Austrália tenha uma legislação rigorosa quanto à aplicação dessa tecnologia, o país não dispõe de armamentos nucleares e mantém apenas o reator multiuso operado pela Australian Nuclear Science and Technology Organisation (ANSTO), que promove a ciência e a tecnologia nucleares em benefício da sociedade.

Recentemente, a iniciativa AUKUS, envolvendo Austrália, Estados Unidos e Reino Unido, propôs a entrega de materiais nucleares bélicos para supervisão da expansão militar chinesa. A Austrália enfrenta custos elevados nesse projeto, que prevê a construção de submarinos de propulsão nuclear. Em 2023, iniciou-se o treinamento de militares australianos nos EUA e no Reino Unido, visando a operação dos submarinos, cuja frota inicial está planejada para 2030, com plena capacidade operacional prevista para 2040. Esse plano inclui a construção de portos específicos para a manutenção e operação desses submarinos (CNN Brasil, 2024).

O governo australiano assegura que a aquisição desse armamento não viola os termos do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). A Austrália tem mantido um papel de liderança na não proliferação de armas nucleares e conta com a supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) para garantir que nenhum projeto de armas nucleares seja desenvolvido no país (DFAT, 2024).

REFERÊNCIAS

ACF. Six reasons why nuclear is bad for Australia. Disponível em: <https://www.acf.org.au/six-reasons-why-nuclear-is-bad-for-australia>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ANÁLISE: Austrália, Reino Unido e EUA unem forças em mega acordo de submarinos. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/analise-australia-reino-unido-e-eua-unem-forcas-em-mega-acordo-de-submarinos/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ASA - AUSTRALIAN SAFEGUARDS AND NON-PROLIFERATION

OFFICE. Nuclear non-proliferation under AUKUS. Disponível em:

<https://www.asa.gov.au/aukus/nuclear-non-proliferation>. Acesso em: 10 dez. 2024.

ASD - AUSTRALIAN SIGNALS DIRECTORATE. What we do: Cyber Security.

Disponível em: <https://www.asd.gov.au/about/what-we-do/cyber-security>. Acesso em: 10 dez. 2024.

AUSTRÁLIA. Australia's Long-Term Emissions Reduction Plan. Disponível em:

<https://www.industry.gov.au>. Acesso em: 7 dez. 2024.

AUSTRÁLIA. Gender Equality Strategy. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au>.

Acesso em: 7 dez. 2024.

AUSTRÁLIA. National Plan to Reduce Violence Against Women and their Children. Disponível em: <https://www.dss.gov.au>.

Acesso em: 7 dez. 2024.

AUSTRÁLIA. Pacific Step-Up Program. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au>.

Acesso em: 7 dez. 2024.

AUSTRÁLIA. Parliament of Australia. Bill Search Results: R7250. Disponível em:

https://www.aph.gov.au/Parliamentary_Business/Bills_Legislation/Bills_Search_Results/Result?bId=r7250. Acesso em: 10 dez. 2024.

AUSTRÁLIA aprova lei inédita no mundo para proibir redes sociais a menores de 16 anos. CNN Brasil, 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/australia-aprova-lei-inedita-no-mundo-para-proibir-redes-sociais-a-menores-de-16>. Acesso em: 10 dez. 2024.

AUSTRÁLIA envia tropas e aviões militares para o Oriente Médio, diz ministro da Defesa. CNN Brasil, 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/australia-envia-tropas-e-avioes-militares-para-o-orientes-medio-diz-ministro-da-defesa/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

AUSTRALIA. Department of Climate Change, Energy, the Environment and Water. *Strengthening climate change and environment collaboration with China.*

Sydney, 30 ago. 2024. Disponível em:

<https://www.dcceew.gov.au/about/news/strengthening-climate-change-environment-collaboration-with-china>. Acesso em: 10 dez. 2024.

AUSTRALIAN GOVERNMENT, Department of Climate Change, Energy, the Environment and Water. International climate action. Disponível em:

<https://www.dcceew.gov.au/climate-change/international-climate-action>. Acesso em: 10 dez. 2024.

AUSTRÁLIA reverte reconhecimento de Jerusalém Ocidental como capital de Israel. CNN Brasil, 2024. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/australia-reverte-reconhecimento-de-jerusalem-ocidental-como-capital-de-israel/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

AUSTRALIA; UNITED STATES. *Statement of Intent between the Department of Climate Change, Energy, the Environment and Water of Australia and the Department of Energy of the United States of America on Cooperation on Climate, Critical Minerals and the Clean Energy Transition.* Washington, D.C.; Canberra, 20 maio 2023. Disponível em: <https://www.dcceew.gov.au/about/news/statement-intent-australia-us-climate-clean-energy>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Brasil tem quinta maior reserva de urânio. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-tem-quinta-maior-reserva-de-uranio>. Acesso em: 10 dez. 2024.

CLIMATE COUNCIL. Australia's Climate Action: Status and Future Directions. Disponível em: <https://www.climatecouncil.org.au>. Acesso em: 7 dez. 2024.

CSIRO. Nuclear explainer. Disponível em: <https://www.csiro.au/en/news/All/Articles/2024/December/Nuclear-explainer>. Acesso em: 10 dez. 2024.

DFAT - DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE. Nuclear weapons: Non-proliferation and disarmament. Disponível em: <https://www.dfat.gov.au/international-relations/security/non-proliferation-disarmament-arms-control/nuclear-weapons>. Acesso em: 10 dez. 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Women in National Parliaments. Disponível em: <https://data.ipu.org>. Acesso em: 7 dez. 2024.

ISRAEL deve mudar de rumo na Faixa de Gaza, diz Austrália. Poder360. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/israel-deve-mudar-de-rumo-na-faixa-de-gaza-diz-australia/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

JÚNIOR, M. S. Revolução na segurança cibernética: Austrália e sua nova lei. LinkedIn, 2024. Disponível em: <https://pt.linkedin.com/pulse/revolu%C3%A7%C3%A3o-na-seguran%C3%A7a-cibern%C3%A9tica-austr%C3%A1lia-sua-lei-m-s-junior-mwz3f>. Acesso em: 10 dez. 2024.

JUDEUS da Austrália desmentem ‘ameaças’ nos atos estudantis pró-Palestina. Monitor do Oriente. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20240429-judeus-da-australia-desmentem-ameacas-nos-atos-estudantis-pro-palestina/>. Acesso em: 8 dez. 2024.

LAZARD. 2023 Levelized Cost of Energy+. Disponível em: <https://www.lazard.com/research-insights/2023-levelized-cost-of-energyplus/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

NUCLEAR power for Australia: Cost and timelines explained. ABC News, 2024. Disponível em: <https://www.abc.net.au/news/2024-06-11/nuclear-power-for-australia-cost-and-timelines-explained/103641602>. Acesso em: 10 dez. 2024.

O IPACTO das redes sociais na saúde mental dos jovens. Revista FT, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-impacto-das-redes-sociais-na-saude-mental-dos-jovens/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAP. Relatório de energia 2023. Disponível em: <https://www.sap.com/brazil/asset/dynamic/2023/04/44c26336-6d7e-0010-bca6-c68f7e60039b.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SAÚDE mental: os impactos das redes sociais no desenvolvimento dos jovens brasileiros. Revista FT, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/saude-mental-os-impactos-das-redes-sociais-no-desenvolvimento-dos-jovens-brasileiros/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SCAM STATISTICS. Scamwatch, 2018. Disponível em: <https://www.scamwatch.gov.au/research-and-resources/scam-statistics?scamid=29&date=2018>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SETE passos que a Austrália deve tomar para manter os cidadãos seguros online. Apolitical, 2024. Disponível em: <https://apolitical.co/solution-articles/pt/sete-passos-a-australia-deve-tomar-para-manter-os-cidadaos-seguros-online>. Acesso em: 10 dez. 2024.

UNITED NATIONS. Australia's role in promoting gender equality. Disponível em: <https://www.unwomen.org>. Acesso em: 7 dez. 2024.

UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. Australia's participation in COP. Disponível em: <https://unfccc.int>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL

Júlia Aires Sá Guimarães¹

Juliana Araújo da Silva²

1 INTRODUÇÃO

A política externa brasileira tem sido historicamente guiada por princípios clássicos, como a soberania, autonomia, desenvolvimento nacional e não-intervenção. Esses pilares refletem a busca do Brasil por uma inserção internacional equilibrada, a partir da sua localização estratégica no Hemisfério Ocidental e sua posição de destaque econômico na América do Sul, consolidada a partir da segunda metade do século XX.

Diferentemente de muitos de seus vizinhos, a construção do Estado brasileiro foi realizada predominantemente por meio da negociação diplomática, e não pela guerra, moldando seu costume negociador.

Outro aspecto relevante foi a autonomia decisória do Ministério das Relações Exteriores, ocasionada pelo relativo desinteresse da opinião pública nas questões internacionais. Esse desinteresse é refletido na escassa cobertura midiática dedicada à política externa e na pouca disputa partidária pelo cargo de Ministro das Relações Exteriores, tradicionalmente ocupado por diplomatas de carreira. Mesmo temas de grande relevância, como a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU ou o envio de tropas para missões de paz, raramente mobilizam debates amplos no país.

Apesar disso, existe um consenso nas elites políticas e diplomáticas de que o Brasil tem um papel significativo a desempenhar no cenário internacional. Essa expectativa de reconhecimento internacional orienta sua atuação ativa em fóruns

¹ Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. juliaairessag@gmail.com.

² Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. juliana.as@sempreceub.com

multilaterais desde o século XIX, destacando-se nos esforços para integrar organizações como a Liga das Nações e, mais tarde, a ONU. (Lima, 2005)

A busca pela autonomia na política externa brasileira foi determinada pela adoção do modelo de "política externa independente" e "pragmatismo responsável". Isso se traduziu em uma atuação mais assertiva nas questões Norte-Sul, em instituições como o GATT e a UNCTAD, e na busca por maior equilíbrio nas relações internacionais. (Vigevani; Cepaluni, 2007)

Neste contexto, o primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) destacou-se por uma política externa orientada à afirmação de autonomia frente às grandes potências e ao fortalecimento de laços com países do Sul global. A estratégia incluía a ampliação de relações bilaterais e multilaterais, o engajamento em negociações internacionais e a busca por acordos que não comprometessem o desenvolvimento econômico de longo prazo. Assim, este trabalho aborda as características da política externa brasileira durante o primeiro governo Lula, destacando suas diretrizes, objetivos e resultados, para melhor compreensão de sua atuação no cenário global.

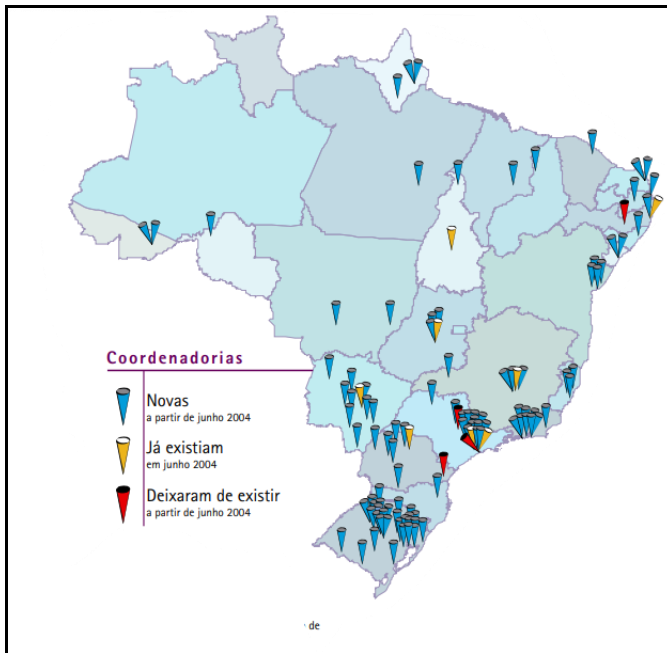
2 GÊNERO

O primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2006) representou um marco nas políticas públicas voltadas para as questões sociais no Brasil, incluindo uma ênfase nas questões de gênero. Durante esse período, houve a institucionalização de diversas iniciativas para enfrentar desigualdades históricas e promover os direitos das mulheres, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

No início do mandato, em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), vinculada à Presidência da República. Essa secretaria desempenhou um papel estratégico na coordenação e implementação de ações voltadas à equidade de gênero, liderando a organização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPMM). O evento reuniu 1.787 delegadas em Brasília, após etapas locais que envolveram mais de 120 mil participantes. Desse processo emergiu o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), aprovado em

2004, que se tornou um guia estratégico com 199 ações articuladas entre diferentes ministérios e secretarias. As metas incluíam a redução de 15% da mortalidade materna, o aumento de 12% na frequência de crianças em creches e pré-escolas públicas e a ampliação da inserção feminina no mercado de trabalho.

Figura 01: Coordenadorias para políticas para mulheres



Fonte: Pesquisa “A Institucionalização do Enfoque de Gênero e os Organismos Específicos de Políticas para Mulheres”, do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

No combate à violência de gênero, um dos destaques foi a criação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que, em poucos meses de funcionamento, registrou mais de 20 mil atendimentos. Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) também foram expandidas e fortalecidas, contribuindo para o acolhimento e suporte às vítimas. Essas iniciativas pavimentaram o caminho para a aprovação da Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, no início do segundo mandato, mas fruto de bases políticas e jurídicas estruturadas no primeiro.

Na área da saúde, houve avanço no planejamento familiar, com a cobertura integral de custos para a distribuição de anticoncepcionais em mais de 5 mil municípios. Esse esforço garantiu maior acesso a serviços de saúde reprodutiva e contribuiu para a redução das taxas de mortalidade materna. Além disso, o governo

investiu na documentação de trabalhadoras rurais, beneficiando 122 mil mulheres que não possuíam registro civil e promovendo sua inclusão cidadã.

Em termos econômicos, as mulheres foram priorizadas em programas como o Bolsa Família, reconhecendo seu papel central no cuidado familiar e na gestão da renda. No campo profissional, 56% dos beneficiados pelo Plano Nacional de Qualificação eram mulheres, incluindo 322 mil trabalhadoras rurais que obtiveram crédito por meio do PRONAF Mulher.

No âmbito internacional, o governo Lula assumiu protagonismo ao ratificar convenções como o Protocolo Facultativo da CEDAW, reafirmando o compromisso do Brasil com a eliminação da discriminação de gênero. O país também participou ativamente de fóruns multilaterais, como a Comissão sobre o Status da Mulher da ONU, destacando-se na defesa do empoderamento feminino como pilar para o desenvolvimento sustentável. Além disso, ações de cooperação técnica com países da América Latina e África fortaleceram a imagem do Brasil como líder em políticas de igualdade de gênero.

Ainda que os avanços tenham sido significativos, desafios persistiram, como a desigualdade salarial e a baixa representatividade feminina em cargos de liderança. Apesar disso, o primeiro governo Lula estabeleceu bases sólidas para políticas progressistas, consolidando um legado que inspiraria ações futuras e reafirmando o compromisso do Brasil com uma sociedade mais justa e inclusiva.

3 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Durante o governo, a política externa brasileira em relação às mudanças climáticas evoluiu de uma posição defensiva para uma postura mais proativa, consolidando o Brasil como um ator relevante nas negociações ambientais internacionais. Essa transformação resultou de uma combinação de fatores internos e externos, incluindo compromissos políticos, pressões internacionais e desenvolvimento de políticas públicas voltadas à mitigação dos impactos ambientais.

No plano internacional, o Brasil destacou-se nas Conferências das Partes (COPs) e em outras negociações ambientais multilaterais. O governo Lula adotou

uma abordagem baseada no princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas", enfatizando que os países desenvolvidos deveriam assumir maiores compromissos devido à sua responsabilidade histórica nas emissões globais de GEE. Esse princípio orientou as posições brasileiras nas negociações climáticas desde a Rio-92 e foi reafirmado na COP-15, em Copenhague. (Pereira, 2023)

A proteção das florestas foi uma questão central na agenda climática do governo Lula. Inicialmente, o Brasil manteve uma postura cautelosa quanto à inclusão das florestas nos mercados internacionais de carbono, temendo comprometer sua soberania sobre a Amazônia. Entretanto, essa posição evoluiu ao longo das negociações.

O Brasil começou a negociar a adoção do sistema de Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), que previa compensações financeiras por resultados na preservação florestal. Embora o Brasil ainda mantivesse restrições quanto ao uso da Amazônia como ativo de mercado, a criação do Fundo Amazônia permitiu a captação de recursos internacionais para combater o desmatamento e apoiar projetos de desenvolvimento sustentável. (Estevo, 2012)

A diplomacia presidencial foi uma característica marcante do governo Lula. O presidente realizou diversas viagens internacionais e participou de cúpulas globais, utilizando sua imagem política para reforçar a defesa de posições ambientais do Brasil. Por exemplo, em encontros como o G8 e a COP-15, Lula denunciou publicamente a responsabilidade histórica dos países ricos nas mudanças climáticas, destacando a exploração desenfreada de recursos naturais durante seu processo de desenvolvimento econômico. (Júnior, 2010)

Essa abordagem marcou uma diferença significativa em relação ao governo anterior, que buscava parcerias tecnológicas com países desenvolvidos sem confrontá-los diretamente sobre suas emissões passadas. A diplomacia presidencial brasileira consolidou a imagem de Lula como uma liderança ativa na luta contra as mudanças climáticas, apesar das críticas quanto à implementação prática das metas voluntárias.

Portanto, o primeiro governo Lula apresentou uma política externa climática marcada pelo protagonismo internacional. Embora enfrentasse desafios relacionados

à implementação de políticas ambientais e à pressão econômica na Amazônia, o Brasil consolidou-se como um líder nas negociações climáticas globais.

Tendo uma agenda que equilibrava preservação ambiental e desenvolvimento econômico, o país assumiu compromissos voluntários significativos, enquanto defendia firmemente o princípio das responsabilidades diferenciadas e promovia iniciativas como o combate ao desmatamento. Essa atuação reforçou o papel do Brasil como um ator central nas discussões ambientais internacionais. (Pereira, 2023).

4 PALESTINA

Durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), o Brasil adotou uma política externa marcada pelo fortalecimento do multilateralismo e pela defesa de soluções pacíficas para conflitos internacionais. No que tange à questão palestina, o país consolidou seu apoio à criação de um Estado palestino soberano e buscou intensificar seu papel como mediador internacional, equilibrando valores éticos e pragmatismo diplomático.

4.1.Compromisso com a Causa Palestina

Desde o início de sua gestão, Lula reafirmou a defesa do Brasil pelos direitos do povo palestino. A posição brasileira alinhou-se às resoluções 242 e 338 da ONU, que propõem a devolução de territórios ocupados e a coexistência pacífica entre dois Estados. Em discurso na Assembleia Geral da ONU em 2003, Lula declarou: “Uma paz duradoura no Oriente Médio exige o pleno reconhecimento dos direitos do povo palestino”.

O Itamaraty reforçou essa abordagem ao condenar a expansão de assentamentos israelenses na Cisjordânia, considerada uma violação do direito internacional. Para além de manifestações diplomáticas, o governo brasileiro também participou de iniciativas concretas. Projetos de cooperação humanitária e técnica foram desenvolvidos em parceria com a Autoridade Nacional Palestina (ANP), com foco em setores essenciais como saúde, agricultura e educação.

Essa postura encontrou respaldo no contexto doméstico, onde grupos da sociedade civil, como o Comitê Brasileiro de Solidariedade ao Povo Palestino, promoveram campanhas de apoio. O governo também utilizou mecanismos como a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) para fortalecer sua mensagem de solidariedade.

4.2 Visita de Lula ao Oriente Médio (2005)

Em 2005, Lula realizou uma visita histórica a Ramallah, tornando-se o primeiro presidente brasileiro a pisar em território palestino. O encontro com Mahmoud Abbas, presidente da ANP, reforçou o compromisso brasileiro com uma solução negociada que respeitasse os direitos de ambos os povos. Durante uma coletiva de imprensa, Lula destacou: “O Brasil, como nação pacifista, está disposto a contribuir para soluções justas e duradouras”.

A visita também foi uma oportunidade de fortalecer laços com outros países da região. O Brasil estabeleceu contatos mais estreitos com lideranças árabes e explorou o potencial de integração econômica e cultural. Entre 2003 e 2006, as exportações brasileiras para países árabes aumentaram significativamente, com destaque para produtos como carnes, grãos e manufaturados. Esse crescimento refletiu não apenas ganhos comerciais, mas também uma maior aproximação diplomática.

Um momento emblemático foi a participação de Lula na inauguração de uma escola financiada por doações brasileiras, simbolizando o compromisso do Brasil com o desenvolvimento humano na região. Essa iniciativa fortaleceu a imagem do país como um parceiro solidário e confiável.

4.3 Ação nos Fóruns Internacionais

O Brasil utilizou sua posição em organizações multilaterais para defender a causa palestina. Em 2004, o país votou a favor da Resolução 58/292 da ONU, que reafirmava o direito dos palestinos à autodeterminação e à soberania. Lula também destacou a questão palestina em encontros do G-20 e do IBAS (Índia, Brasil e África

do Sul), promovendo o tema como parte de uma agenda global de justiça e igualdade.

A Liga Árabe reconheceu o Brasil como um mediador crível, reforçando a importância de uma diplomacia que combina princípios éticos com o pragmatismo. Essa colaboração também se manifestou no apoio brasileiro à Iniciativa de Paz Árabe de 2002, que propõe a normalização das relações entre países árabes e Israel mediante a criação de um Estado palestino.

Nos bastidores, o Itamaraty trabalhou para reforçar o papel do Brasil como interlocutor em fóruns de direitos humanos e desenvolvimento. A participação em conferências como a de Durban II, em 2006, destacou o alinhamento do Brasil com causas anticolonialistas e de combate à discriminação, princípios essenciais para a questão palestina.

4.4 Impacto Global e Legado Diplomático

A atuação brasileira no Oriente Médio durante o primeiro mandato de Lula demonstrou que países emergentes podem desempenhar papéis relevantes em questões de segurança internacional. Como apontou a pesquisadora Norma Breda dos Santos, “a inserção do Brasil nas negociações do Oriente Médio marcou uma inflexão na política externa brasileira, evidenciando seu compromisso com soluções negociadas”.

Esse posicionamento também influenciou a percepção internacional do Brasil como um ator inovador na diplomacia sul-sul. Além de defender os direitos dos palestinos, o país fortaleceu parcerias com nações árabes em áreas como energia renovável e segurança alimentar. Essa abordagem multidimensional ampliou a relevância do Brasil no Oriente Médio e em outros cenários globais.

A política externa de Lula no Oriente Médio, especialmente em relação à Palestina, reafirmou o protagonismo do Brasil no cenário internacional. Ao adotar uma abordagem que combinava valores éticos e pragmatismo político, o governo brasileiro contribuiu de forma significativa para o diálogo e a busca por soluções justas e duradouras no conflito Israel-Palestina. A aproximação com o mundo árabe

e a defesa de soluções negociadas consolidaram a reputação do Brasil como mediador confiável e promotor de princípios de solidariedade. O legado desse período continua a influenciar a diplomacia brasileira e serve como referência para futuras iniciativas globais, destacando a relevância de uma política externa voltada para a cooperação internacional.

5 SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a segurança cibernética começou a ganhar relevância no Brasil, acompanhando o cenário internacional, onde o tema se consolidava como uma preocupação emergente. O início dos anos 2000 foi marcado por um aumento na dependência da internet e pelos primeiros incidentes de ataques cibernéticos significativos, o que exigiu do governo brasileiro esforços para modernizar suas infraestruturas digitais e proteger redes críticas em setores estratégicos como energia, telecomunicações e finanças.

Nesse contexto, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), criado em 1995, teve sua atuação fortalecida durante o período, desempenhando um papel fundamental na formulação de políticas públicas para a governança da internet. Paralelamente, o governo federal investiu no fortalecimento de órgãos como o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), que foi modernizado para oferecer soluções de segurança capazes de proteger dados sensíveis da administração pública. Outra iniciativa importante foi o incentivo ao desenvolvimento e à adoção de tecnologias nacionais, como o sistema operacional Linux, visando reduzir a dependência de softwares estrangeiros e aumentar a segurança cibernética nos sistemas do governo.

No plano internacional, o Brasil começou a se posicionar como um ator relevante nas discussões sobre governança da internet e segurança cibernética, participando de eventos como a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), organizada pela ONU. A diplomacia brasileira defendeu a soberania digital e a inclusão de países em desenvolvimento nos debates globais sobre regulamentação do ciberespaço.

Apesar desses avanços, a segurança cibernética ainda enfrentava desafios significativos no período. A falta de uma legislação específica sobre crimes cibernéticos, por exemplo, era um entrave, e os investimentos na área não eram suficientes para acompanhar o ritmo das ameaças cibernéticas globais. Ainda assim, os esforços realizados nesse período ajudaram a estabelecer as bases para o fortalecimento da política de segurança cibernética no Brasil em anos posteriores.

Embora o governo Lula tenha iniciado passos relevantes no campo da segurança cibernética, como o fortalecimento do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o estímulo a discussões sobre proteção de infraestruturas críticas, a consolidação de políticas nacionais ocorreu de maneira mais visível em governos subsequentes. Relatórios e estudos mostram que o Brasil começou a estruturar melhor a sua abordagem para a cibersegurança após 2008, mas algumas iniciativas e parcerias tiveram origem no período de Lula, como o foco em segurança tecnológica nas relações internacionais e os esforços de modernização da infraestrutura digital.

Além disso, a temática era tratada dentro de um contexto mais amplo de segurança nacional e internacional, incluindo preocupações com terrorismo e ameaças híbridas, conforme os debates sobre cibersegurança avançaram mundialmente na época. No entanto, o conceito e a política de segurança cibernética só ganharam corpo mais tarde, quando o Brasil formalizou estratégias específicas para lidar com ciberameaças e regulamentar a proteção de dados e redes digitais.

6 TECNOLOGIA NUCLEAR

No primeiro governo de Luiz Inácio, a tecnologia nuclear ganhou relevância em dois aspectos principais: o fortalecimento do programa de energia nuclear e a ampliação das capacidades nacionais de enriquecimento de urânio.

Em 2004, entrou em operação a Fábrica de Combustível Nuclear (FCN) de Resende, no Rio de Janeiro. Essa instalação marcou um avanço significativo, pois permitiu ao Brasil realizar o enriquecimento de urânio em escala comercial. No entanto, a implementação enfrentou tensões diplomáticas com a Agência

Internacional de Energia Atômica (AIEA), devido às preocupações com inspeções que poderiam revelar tecnologias proprietárias. Após negociações, o Brasil autorizou inspeções limitadas, mantendo o sigilo industrial sobre suas centrífugas. Em 2006, o enriquecimento começou oficialmente com o uso da primeira cascata de centrífugas.

A expansão da energia nuclear também foi um ponto central. Embora o governo não tenha iniciado novas usinas nesse período, houve continuidade na operação de Angra 1 e Angra 2, além de discussões sobre a retomada de Angra 3 como parte da estratégia de diversificação energética. Essas medidas visavam reduzir a dependência de combustíveis fósseis e aumentar a autonomia tecnológica do país.

Dessa forma, a postura do Brasil no cenário internacional foi marcada por um equilíbrio entre o desenvolvimento de capacidades autônomas e o cumprimento de compromissos com regimes de não-proliferação, como o Tratado de Tlatelolco. Ao mesmo tempo, o governo evitou aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), considerado discriminatório por impor limitações às tecnologias nucleares de países em desenvolvimento.

O período foi, portanto, marcado por um esforço de fortalecimento tecnológico interno e uma diplomacia ativa para preservar a autonomia e os interesses estratégicos do Brasil no setor nuclear.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alexandre Mendes. Segurança nacional e programas nucleares: desafios e estratégias. UNINTER. Disponível em:

<<https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/265/1215239.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. Livro Verde: segurança cibernética. Biblioteca de Segurança. Disponível em: <https://www.bibliotecadeseguranca.com.br/wp-content/uploads/2015/10/Livro_Verde_SEG_CIBER.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

ESTEVO, Jefferson dos Santos. A política externa do presidente Lula da Silva no âmbito das mudanças climáticas (2003-2009). 2012.

HOFFMANN, Cleber G. Ciberespaço e segurança internacional: os desafios contemporâneos. Austral: Revista de Estratégia e Relações Internacionais, v. 6, n. 12, p. 21-38, 2017. Disponível em:

<<https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/75389/47691>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

JÚNIOR, Edson José Neves. Uma análise da política externa do Governo Lula em relação à temática das mudanças climáticas. *Revista Aurora*, v. 4, n. 1, p. 45-61, 2010.

KNOBEL, Marcelo; BELISÁRIO, Ricardo; CAPOZOLI, Ubiratan. O Brasil e a não-proliferação nuclear. *Revista Militares e Política*, v. 8, p. 23-38, 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/mp/article/download/33872/18986>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista brasileira de política internacional*, v. 48, p. 24-59, 2005.

MONTEIRO, Fábio. Os programas nucleares, a política de potência e a inserção internacional do Brasil. Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/xiv_cadn/osa_programasa_nucleares_aa_politicaa_dea_potenciaa_ea_aa_insercao_internacional.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

OLIVEIRA, Hélio. A temática de segurança cibernética e os desafios para o Brasil. DSpace UNILA. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/items/26957db7-9e20-4144-9bd9-45ca0be122e6>>. Acesso em: 7 dez. 2024.

PEREIRA, Kellen Aparecida Santos. A política externa brasileira nas negociações ambientais: uma análise nos governos lula (2003-2010). 2023.

PUC-Rio. Desafios da segurança cibernética e sua importância estratégica. Maxwell. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9614/9614_6.PDF>. Acesso em: 7 dez. 2024.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto internacional*, v. 29, p. 273-335, 2007.

BRASIL. Discurso do presidente Lula durante sessão extraordinária da Liga dos Estados Árabes, no Cairo (Egito). Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/02/discurso-do-presidente-lula-durante-sessao-extraordinaria-da-liga-dos-estados-arabes-no-cairo-egito>. Acesso em: 6 dez. 2024.

BRASIL. Participação do Brasil em fóruns multilaterais: IBAS e ONU (2003-2006). Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mecanismos-internacionais/mecanismos-inter-regionais/ibas>. Acesso em: 6 dez. 2024.

BRASIL. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 236 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 6 dez. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Brasil sobre o cumprimento da CEDAW. Nova York: ONU, 2004. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/reports.htm>. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Retrospectiva 2006: políticas para as mulheres. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2006/retrospectiva-spm2006.pdf/view>. Acesso em: 10 dez. 2024

ESTADOS UNIDOS

Ana Regina Oliveira dos Santos¹

Juliana Berlinck da Silva²

Raquel Serrão Furtado³

1 INTRODUÇÃO

A formação da política externa dos Estados Unidos é um processo complexo e dinâmico que envolve diversos fatores: histórico, geográfico, político, econômico e ideológico. Desde os primeiros dias da República até os desafios contemporâneos, a trajetória da política externa estadunidense reflete tanto a evolução interna do país quanto sua interação dinâmica com o cenário global.

Nos primeiros anos da República, a política externa dos Estados Unidos foi marcada por um desejo de evitar alianças permanentes com nações estrangeiras, conforme aconselhado por George Washington em seu discurso de despedida. A Doutrina Monroe, proclamada em 1823, foi um marco importante, declarando que qualquer intervenção europeia nas Américas seria vista como um ato de agressão, exigindo intervenção dos EUA.

O conceito de Destino Manifesto, que defendia a expansão territorial dos EUA do Atlântico ao Pacífico, dominou a política externa no século XIX. Esse período incluiu a aquisição da Louisiana, a anexação do Texas, a compra do Alasca e a guerra com o México, que resultou na conquista de vastos territórios no oeste. A vitória na Guerra Hispano-Americana de 1898 marcou o início do imperialismo americano. Os Estados Unidos anexaram territórios como Porto Rico, Guam e as Filipinas. A construção do Canal do Panamá também refletiu a crescente influência dos EUA no Hemisfério Ocidental.

¹ Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. anareginadecristo@gmail.com

² Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. berlinckjuliana@gmail.com

³ Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. raquel.serraofurt@gmail.com

Inicialmente, os Estados Unidos adotaram uma política de neutralidade durante a Primeira Guerra Mundial, mas acabaram entrando na guerra em 1917, desempenhando um papel decisivo na vitória dos Aliados. Após a guerra, o presidente Woodrow Wilson promoveu a Liga das Nações, embora o Senado dos EUA tenha recusado a adesão. Na Segunda Guerra Mundial, o país novamente iniciou uma posição de neutralidade, mas a entrada na guerra após o ataque a Pearl Harbor em 1941 foi crucial para a derrota das Potências do Eixo.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como uma superpotência global, contrapondo-se à União Soviética na Guerra Fria. A política de contenção, formulada por George Kennan, guiou a estratégia americana para limitar a expansão do comunismo, levando a intervenções em lugares como Coreia, Vietnã e apoio a governos e movimentos anticomunistas em todo o mundo. A criação da OTAN, o Plano Marshall para a reconstrução da Europa e a corrida armamentista nuclear foram elementos centrais dessa era.

Com o colapso da União Soviética em 1991, os Estados Unidos tornaram-se a única superpotência mundial. A política externa se focou na promoção da democracia e do livre mercado, intervenções humanitárias e a guerra ao terror após os ataques de 11 de setembro de 2001. As guerras no Afeganistão e no Iraque, bem como as intervenções na Líbia e Síria, são exemplos da tentativa dos EUA de moldar a ordem mundial pós-Guerra Fria.

Nos tempos recentes, a política externa dos Estados Unidos enfrenta desafios como a ascensão da China como potência global, o ressurgimento da Rússia, questões climáticas, o terrorismo internacional e a proliferação de armas nucleares. A administração Biden, por exemplo, focou em restaurar alianças tradicionais, lidar com a mudança climática e enfrentar a competição estratégica com a China.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A política externa exercida pelos EUA na mudança do clima é um tema de grande importância, dado o momento de ebulição global que já estamos vivendo (Aquecimento [...], 2023). Nos dois últimos governos dos EUA - isto é, o governo

Biden e o governo Trump antes dele - vemos claras diferenças na condução de política externa em se tratando da mudança do clima. Portanto, faremos a exposição da condução da política externa para a mudança do clima do governo Trump (2017-2020) e do governo Biden (2021-2024).

2.1 Governo Trump (2017-2020)

O presidente Trump, durante sua campanha eleitoral em 2016, focalizou bastante sua vontade de sair do Acordo de Paris, que é, atualmente, um dos acordos internacionais mais importantes para a mitigação das mudanças climáticas (Full [...], 2017). Além disso, o presidente já chegou a dizer que o aquecimento global era uma farsa e seria apenas uma forma de a indústria conseguir fazer mais dinheiro (Donald [...], 2017). Sua postura em relação aos problemas ambientais era, em sua maioria, de buscar negá-los de alguma forma, ou diminuí-los; além da retórica utilizada por ele de que o Acordo de Paris seria uma forma de outros países se beneficiarem às custas dos Estados Unidos (Full [...], 2017). Alguns meses após a posse de Trump, ele faz um pronunciamento oficial da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris - mesmo que a notificação só pudesse ser efetivamente realizada em 2019, entrando em vigor 1 ano depois, nos termos do Acordo - e que essa decisão que ele estaria tomando seria algo extremamente benéfico à economia dos Estados Unidos, e algo como a afirmação da soberania estadunidense frente à comunidade internacional; já que, para Trump, os outros países parte do Acordo de Paris estavam tendo benefícios, enquanto os Estados Unidos estavam sofrendo grandes perdas econômicas por serem parte do Acordo (Full [...], 2017).

Além desse Acordo, Trump denuncia vários outros de diversas áreas, numa tentativa de aumentar o poder de barganha dos EUA, chegando a ter seu comportamento chamado de doutrina de denúncias, pelo diplomata Richard Haass, presidente do Conselho das Relações Exteriores naquele momento (Haas, 2020). Além disso, durante a administração Trump, os cortes orçamentários da administração que cuida do meio ambiente, a NOAA, foram significativos. Posto isso, prossigamos para a exposição do governo de Biden.

2.2 Governo Biden (2021-2024)

Durante a corrida eleitoral de 2020, em que Trump e Biden se enfrentam, Biden foca bastante no fato de que Trump denunciou o Acordo de Paris e que a postura de Trump até aquele momento costumava ser de negacionismo (President [...], 2020), e Biden definitivamente assume uma postura diferente à de Trump durante sua administração. Quando Biden assumiu a presidência, uma de suas primeiras ações foi voltar para o Acordo de Paris, reassumir para os EUA um compromisso dentro das NDCs (*National Determined Contributions*) e voltar com as arrecadações para o *Green Climate Fund*. Como citamos anteriormente, durante o governo Trump, os centros de pesquisa para mudanças climáticas e a administração NOAA como um todo sofreram grandes cortes orçamentários, mas no primeiro orçamento feito pela administração Biden, temos grandes avanços e o restabelecimento de vários centros integrais para a mitigação das mudanças climáticas. A atuação dos EUA dentro da comunidade internacional como um todo para as mudanças climáticas assumiu uma posição completamente diferente à do governo anterior.

2.3 A diferença na condução da política externa de Trump e Biden

O fato é que entre o governo Trump e Biden não existe um espaço de tempo muito grande, e nem temos novas descobertas científicas revolucionárias a respeito das mudanças climáticas e os efeitos negativos que podem advir nas próximas décadas. Posto isso, por que existem tantas diferenças no modo de conduzir a política externa? Apesar de existirem muitas provas científicas de que grande parte das mudanças climáticas são causadas por razões antrópicas, um dos presidentes vê essas provas como uma mentira da mídia e busca construir também essa visão no imaginário dos cidadãos estadunidenses, e o outro presidente vê essas provas como algo importante e alarmante, devendo-se buscar formas de mitigar essas mudanças. A partir do exemplo desses dois presidentes, que foram governos subsequentes, sem nenhum intervalo entre si, vemos o papel que o aspecto cognitivo possui na condução da política externa.

O autor Robert Jervis (2011) teoriza que a avaliação da realidade que os seres humanos executam possui várias limitações, tanto ligadas ao aspecto humano quanto à complexidade do sistema em que estamos inseridos. Um aspecto importante do funcionamento das crenças para Jervis é o de que os eventos não são suficientes para mudar as crenças de um indivíduo, já que as pessoas possuem percepções diferentes de cada um desses eventos; o que explica muito bem o porquê de as descobertas científicas sobre mudanças do clima serem aceitas por Biden, mas não por Trump.

Por fim, Hill (2016) afirma que a probabilidade de que um condutor de política externa não possua um pré-conceito de algum assunto é muito baixa, justamente por carregar, assim como todos os seres humanos, uma grande carga cultural e política; mostrando a tendência à inflexibilidade (Rosati, 1995).

3 GÊNERO

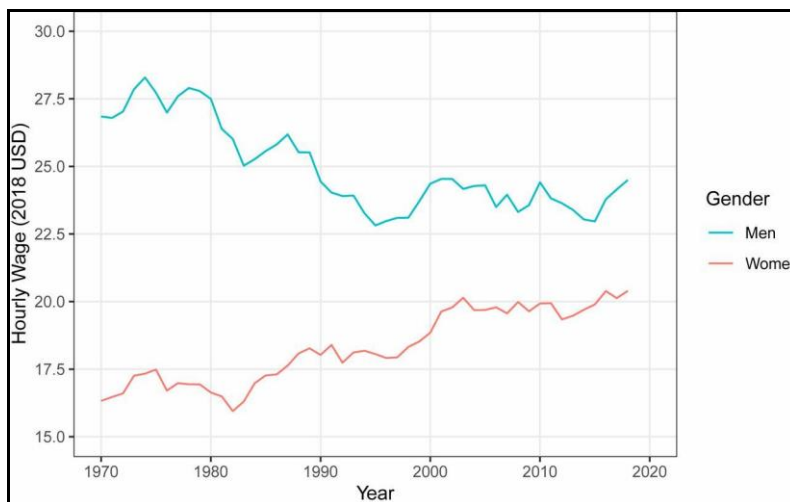
A questão de gênero nos Estados Unidos é mais uma das situações que merecem atenção. Primeiramente, cabe destacar que muito do que acontece internamente no país interfere em como ele irá se posicionar na esfera internacional. Putnam (1988) discorre sobre isso quando postula sua teoria dos “jogos de dois níveis”. Sendo assim, é importante comentar sobre o contexto doméstico dos Estados Unidos quando se fala em questões de gênero.

Assim, o país apresenta um aumento constante no número de mulheres empregadas, sendo algo que já se tornou uma norma no país (England; Levine; Mishel, 2020). Ademais, o controle de natalidade é um assunto cada vez mais debatido no território, seja pelo aumento do acesso aos métodos anticoncepcionais, ou pelas discussões acerca de procedimentos para a interrupção de gestações. Ademais, há o crescimento do número de mulheres com bacharelado e doutorado, especialmente em áreas que antes apresentavam uma predominância masculina, como gestão, contabilidade e ciências, tecnologia, engenharia e matemática (England; Levine; Mishel, 2020). Por outro lado, um ponto sensível em relação à equidade de gênero diz respeito às diferenças salariais no país.

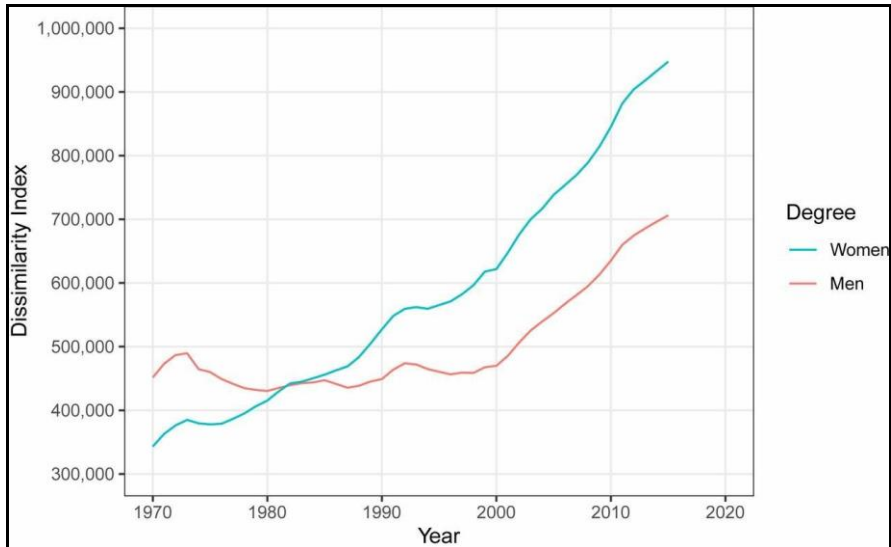
De maneira geral, o salário do homem norte americano sempre esteve entre US\$22 e US\$25/h desde a década de 1990, ao passo que as mulheres sempre estiveram na média de US\$17/h. Por mais que essa disparidade tenha diminuído ao longo dos anos, em 2018, as mulheres ganhavam 83% do salário dos homens, ainda que a população feminina tenha aumentado consideravelmente sua presença em cursos de graduação e doutorado, ultrapassando os homens nos últimos anos (England; Levine; Mishel, 2020).

Os gráficos abaixo, criados a partir da análise dos dados do *National Center for Education Statistics* (NCES), ilustram a atual situação do país em relação às questões de gênero citadas anteriormente, sendo o primeiro relativo à diferença salarial por hora trabalhada entre homens e mulheres durante os anos 1970 até o 2015.

Figura 1: Salário por hora trabalhada entre 1970 a 2020

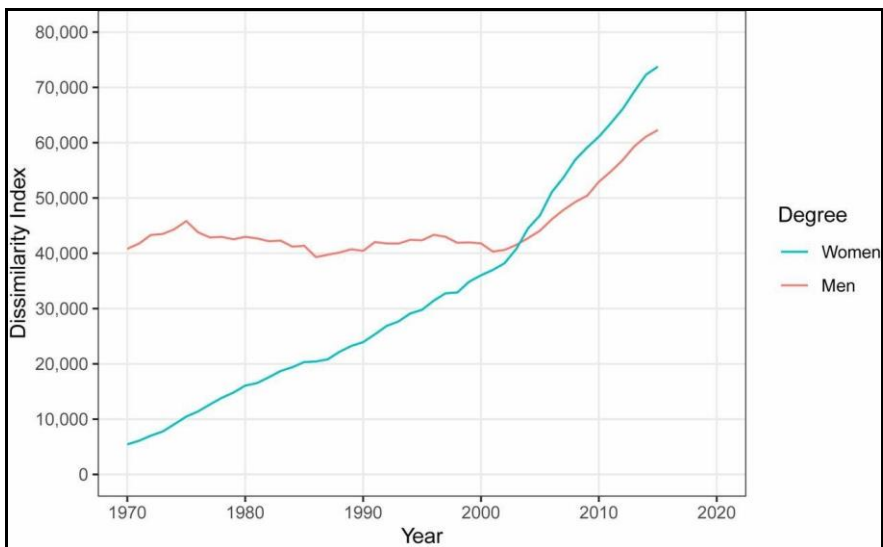


Fonte: Retirado do artigo “Progress toward gender equality in the United States has slowed or stalled” (England; Levine; Mishe, 2020)

Figura 2: Número de homens e mulheres bacharéis entre os anos 1970 a 2020

Fonte: Retirado do artigo “Progress toward gender equality in the United States has slowed or stalled” (England; Levine; Mishe, 2020)

Acima está representado o número de mulheres e homens bacharéis entre os anos 1970 até 2015, enquanto que abaixo está a quantidade de homens e mulheres que conquistaram doutorado durante esse mesmo período.

Figura 3: Número de homens e mulheres com doutorado entre os anos 1970 a 2020

Fonte: Retirado do artigo “Progress toward gender equality in the United States has slowed or stalled” (England; Levine; Mishe, 2020)

Diante dessa situação, outro dado interessante sobre o Estado norte-americano em matéria de gênero diz respeito ao Índice de Desigualdade de Gênero (GII), que ranqueia os países com notas de 0 a 1, onde números mais perto do 0 representam nações menos desiguais, ao passo que a proximidade com o 1 revela Estados mais desiguais (United Nations Development Programme, 2024). Atualmente, os Estados Unidos têm nota de 0,180, estando no campo de países com menos desigualdades de gênero. Entretanto, um dado preocupante é o fato de ainda haver uma disparidade significativa em relação a ocupação de assentos no parlamento, onde as mulheres representam apenas 28,1% dos lugares, enquanto que os homens são 71,9%, criando uma diferença de 43,9% (United Nations Development Programme, 2024).

Em último, porém, um dos pontos mais importantes dessa seção é a questão da política externa norte-americana em questão de gênero. Como foi apresentado anteriormente, o país ainda apresenta uma relativa disparidade no que diz respeito à ocupação de cargos no parlamento por mulheres, fato que interfere diretamente em como a nação busca realizar uma política externa focada em superar essas desigualdades. Um ponto interessante foi a criação da resolução 196 no ano de 2021, que trata especificamente sobre uma abordagem mais feminista a política externa norte-americana.

Os principais pontos dessa decisão focam na priorização da paz e da igualdade de gênero; na interrupção de estruturas de cunho colonial, racista e patriarcal, e no realocamento de recursos para que essa visão seja realizada. Ademais, a busca por uma perspectiva feminista da política externa busca agir em torno dos eixos de autonomia corporal, a paz, a integridade ambiental e a justiça (Congress.gov, 2021).

Atualmente, essa resolução teve sua última ação em 08/03/2021, onde a mesma foi encaminhada à Comissão de Relações Exteriores da Câmara, não havendo uma expectativa de quando será votada pelo parlamento.

4 ESTADO DA PALESTINA

Em se tratando da questão do Estado da Palestina, sabe-se que muitos historiadores marcam o início do conflito com a Declaração de Balfour, em 1917, que consistia em um objetivo dos britânicos de estabelecer um espaço para os judeus dentro da região da Palestina. Apesar de o conflito atual irromper com o ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023, ao longo dos anos, a região sempre demonstrou grandes instabilidades.

Tendo isso em vista, o recorte histórico que nos propomos a analisar tem como enfoque principal o governo Biden (2021-2024), momento que marca o “início” do conflito atual. Além desse, realizamos breve comparação com as administrações de Obama (2009-2016) e Trump (2017-2020).

4.1 Contexto histórico

A situação do Estado da Palestina é um dos assuntos mais pujantes na política internacional atualmente. As desavenças na região datam desde antes da oficialização do Estado de Israel em 1948, e a expectativa é que todo o conflito Israel x Palestina não chegue a um fim tão cedo.

Primeiramente, cabe ressaltar que o confronto entre os dois apresenta contornos não apenas políticos, mas também religiosos e culturais, características que acabam por dificultar mais ainda o processo de reconciliação. Ademais, a região se tornou majoritariamente controlada pelo Estado de Israel, tendo apenas dois territórios reconhecidos como propriamente palestinos, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, sendo que a última apresenta assentamentos israelenses. Outro ponto é que essa área já foi palco de dois outros conflitos no passado, a Guerra dos 7 dias e a Guerra do Yom Kippur, ambas vencidas por Israel (Unifor, 2023).

Perante esse contexto, forças contrárias à autoridade israelense que buscam a liberdade da Palestina passaram a surgir na região, sendo uma delas o Hamas, uma autoridade política e militar presente na Faixa de Gaza. Tal grupo passou a receber uma grande atenção da mídia internacional após o episódio de 7 de outubro de 2023, na qual o grupo realizou um ataque terrorista coordenado a cidades israelenses, áreas de fronteira e estabelecimentos israelenses ao longo da Faixa de Gaza, contando

principalmente com bombardeios e investidas contra militares israelenses (France 24, 2023). Como reação, Israel liderou uma operação de contra ataque, culminando na Guerra Israel X Hamas que perdura até o presente momento.

Diante desse contexto, diversas nações passaram a escolher um lado e prestar apoio, assim como a realocar recursos para a guerra. Além disso, as discussões no Conselho de Segurança por um cessar fogo e pela criação de um Estado da Palestina se tornaram intensas; contudo, tais resoluções ainda não foram efetivadas, não havendo uma previsão de quando isso irá ocorrer. Para mais, tanto Israel quanto o Hamas se mostraram irredutíveis nesse processo, visto que ambos se mantêm fieis a seus preceitos iniciais, causando um alastramento do conflito e gerando crises diplomáticas constantes.

4.2 Análise da política externa no Estado da Palestina

A questão da política externa dos Estados Unidos em relação ao Estado da Palestina é complexa e envolve diversas dimensões históricas, políticas e diplomáticas.

A relação entre os Estados Unidos e o Estado da Palestina é profundamente influenciada pelo conflito israelo-palestino, que tem suas raízes no final do século XIX com a imigração judaica para a Palestina, então parte do Império Otomano. Após a Primeira Guerra Mundial e a administração britânica da Palestina, o aumento das tensões entre judeus e árabes resultou na criação do Estado de Israel em 1948, seguida pela primeira guerra árabe-israelense.

Historicamente, os Estados Unidos têm sido um forte aliado de Israel, o que frequentemente resulta em tensões com os palestinos e países árabes. O apoio americano a Israel inclui assistência econômica e militar significativa. No entanto, os EUA também têm desempenhado um papel mediador em várias tentativas de resolver o conflito, incluindo os Acordos de Oslo nos anos 1990 e a Cúpula de Camp David em 2000.

A potência capitalista não reconheceu oficialmente o Estado da Palestina, embora apoiem a solução de dois Estados como a melhor maneira de resolver o

conflito. Em 1988, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) declarou a independência do Estado da Palestina, mas essa declaração não resultou no reconhecimento imediato por parte dos EUA. A OLP foi reconhecida pelos EUA como representante do povo palestino, mas não como um Estado soberano.

Ao longo dos anos foram feitas rodadas de negociações entre israelenses e palestinos, na qual os Estados Unidos passaram a se envolver. Em 1993, os Acordos de Oslo foram assinados, estabelecendo um processo de paz e criando a Autoridade Palestina. Apesar dos avanços iniciais, o processo de paz tem enfrentado inúmeros desafios e retrocessos.

A administração Obama (2009-2016) tentou renovar os esforços de paz, apoiando a solução de dois estados e criticando a expansão dos assentamentos israelenses. Em contraste, a administração Trump (2017-2020) adotou uma postura significativamente diferente, reconhecendo Jerusalém como a capital de Israel e propondo um plano de paz amplamente considerado pró-Israel, conhecido como "Acordo do Século". Entretanto, a administração Biden (2021-2024) buscou reverter algumas políticas de Trump, renovando a ajuda à Autoridade Palestina e reafirmando o compromisso com a solução de dois Estados, embora sem reverter o reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel.

É possível fazer um comparativo com o modelo de tomada de decisão de política externa proposto por Snyder, Bruck e Sapin (1962), que fornece uma estrutura analítica para entender como as decisões são formuladas em contextos governamentais.

O modelo destaca a importância de diversos fatores, como o ambiente organizacional, a personalidade dos líderes, e as pressões internas e externas que influenciam o processo decisório. Ao aplicar esse modelo à política externa dos Estados Unidos em relação ao Estado da Palestina, podemos obter uma compreensão mais profunda dos determinantes e das dinâmicas subjacentes a essas políticas.

Por ser composto por 3 principais componentes, analisamos primeiramente: o sistema decisório dos Estados Unidos, caracterizado por uma rede de instituições e indivíduos que participam do processo de formulação da política externa. No caso da política em relação ao Estado da Palestina, vários atores chave são envolvidos,

incluindo o Presidente, o Departamento de Estado, o Conselho de Segurança Nacional e o Congresso. Cada um desses atores traz suas próprias perspectivas e interesses para a mesa.

Assim, a diversidade de abordagens presidenciais ilustra bem essa dinâmica. Barack Obama, por exemplo, buscou uma solução de dois Estados e criticou a expansão dos assentamentos israelenses. Em contraste, Donald Trump reconheceu Jerusalém como a capital de Israel e propôs um plano de paz amplamente considerado favorável a Israel. Joe Biden, por sua vez, tentou equilibrar a renovação da ajuda à Autoridade Palestina com a manutenção de uma forte aliança com Israel. Essas variações demonstram como a personalidade e a visão de cada presidente influenciam a política externa americana (Snyder; Bruck; Sapin, 1962).

O segundo: os fatores psicológicos e cognitivos, ficam na percepção, crenças e personalidades dos líderes americanos são cruciais na formulação da política externa. Esses fatores incluem as visões pessoais dos presidentes sobre o conflito e suas experiências passadas. As percepções de ameaça e segurança, por exemplo, influenciam significativamente as decisões sobre apoio a Israel e envolvimento com os palestinos (Snyder; Bruck; Sapin, 1962).

Nesse sentido, cada líder terá uma visão sobre o papel dos EUA. Barack Obama tinha uma abordagem mais multilateral e diplomática, buscando envolver várias partes interessadas no processo de paz. Donald Trump, com uma visão mais transacional, focou em acordos bilaterais e na força do poder americano. Joe Biden tentou um meio-termo, renovando a ajuda humanitária à Palestina enquanto mantém a aliança estratégica com Israel. (Snyder; Bruck; Sapin, 1962).

Por fim, temos o ambiente organizacional onde as estruturas burocráticas e organizacionais dentro do governo dos EUA também influenciam as decisões. O Departamento de Estado, por exemplo, desempenha um papel crucial na condução da diplomacia e na formulação de políticas detalhadas que refletem tanto interesses estratégicos quanto valores cognitivos.

5 SEGURANÇA CIBERNÉTICA

A segurança cibernética emergiu como uma prioridade fundamental na política externa dos Estados Unidos, refletindo não apenas a proteção de seus próprios interesses nacionais, mas também o engajamento proativo na promoção da estabilidade global e na defesa dos princípios democráticos no ciberespaço.

Esta seção discute como os EUA utilizam a segurança cibernética como uma ferramenta estratégica em sua diplomacia internacional, abordando diversos aspectos-chave.

Em primeiro lugar, os EUA empregam a segurança cibernética como um meio de estabelecer normas internacionais e promover comportamentos responsáveis entre os estados. Em fóruns como as Nações Unidas e a OCDE, os EUA advogam por princípios como a não interferência em infraestruturas críticas durante tempos de paz, buscando criar um ambiente cibernético seguro e previsível para todos os atores.

A cooperação internacional é uma pedra angular da abordagem dos EUA. Através de alianças como a OTAN e acordos bilaterais, os EUA fortalecem capacidades cibernéticas conjuntas, compartilham informações sobre ameaças e coordenam respostas a incidentes. Essa cooperação não apenas fortalece a defesa cibernética coletiva, mas também aumenta a dissuasão contra potenciais adversários.

Um exemplo concreto é a resposta dos EUA a ataques cibernéticos significativos. Após incidentes como o ataque *SolarWinds*, atribuído a hackers russos, os EUA responderam com uma combinação de medidas defensivas, como fortalecimento de suas próprias redes, e medidas ofensivas, como sanções econômicas e operações cibernéticas direcionadas. Essas respostas demonstram a determinação dos EUA em proteger suas infraestruturas críticas e dissuadir futuros ataques.

Além da defesa de interesses nacionais, os EUA também se empenham na proteção de valores democráticos e direitos individuais no ciberespaço. Isso inclui o combate ao crime cibernético internacional, como ataques *ransomware* e roubo de propriedade intelectual, através de colaborações com agências internacionais e operações conjuntas. Outro aspecto crucial é o papel dos EUA na capacitação de países parceiros em segurança cibernética. Através de programas de assistência

técnica e treinamento, como os financiados pela USAID, os EUA ajudam na construção de capacidades locais para proteger infraestruturas críticas e fortalecer a resiliência cibernética globalmente.

A cooperação internacional para combater o crime cibernético é outra área chave. Os EUA colaboram com organizações como a INTERPOL e participam de operações conjuntas para dismantelar redes de crimes cibernéticos transnacionais. Um exemplo é a participação em operações para derrubar *botnets* e prisões de criminosos cibernéticos responsáveis por ataques *ransomware*.

A segurança cibernética é uma ferramenta multifacetada na política externa dos EUA, utilizada para proteger interesses nacionais, promover a segurança global e estabelecer normas internacionais. Observamos que o papel de diplomatas especializados em cibersegurança, como o Coordenador de Ciberespaço e Assuntos Digitais do Departamento de Estado, é fundamental. Esses diplomatas trabalham para construir coalizões, promover a governança global da *internet* e negociar acordos internacionais que reforcem a segurança cibernética.

No âmbito da OTAN, os EUA lideram esforços para integrar capacidades cibernéticas nas estratégias de defesa coletiva. O compromisso da OTAN de considerar um ataque cibernético significativo como um possível “ativador” do Artigo 5 (defesa coletiva) destaca a importância da segurança cibernética na aliança transatlântica. A política externa dos Estados Unidos e a segurança cibernética estão intrinsecamente ligadas, uma vez que as ameaças cibernéticas representam um desafio significativo à segurança nacional e internacional.

O cognitivismo de Rosati oferece uma perspectiva valiosa para entender como a política externa dos Estados Unidos em segurança cibernética não se limita apenas à proteção de sistemas e infraestruturas digitais, mas também envolve uma compreensão profunda das percepções, estratégias e interações dos atores no ciberespaço. É possível explorar como os princípios do cognitivismo de Rosati se aplicam à abordagem dos EUA em segurança cibernética, destacando sua influência na diplomacia internacional e na formulação de políticas (Rosati, 1995).

Enfatiza-se a importância das percepções e interpretações das ameaças no comportamento dos estados. No contexto da segurança cibernética, isso se traduz na

forma como os Estados Unidos percebem e respondem aos desafios digitais. Além disso, o cognitivismo destaca a importância da cooperação internacional na formação de normas e na construção de coalizões.

Nos EUA, isso se manifesta na promoção ativa de normas internacionais de comportamento responsável no ciberespaço, através de fóruns dentro de organizações internacionais como a ONU e a OCDE. Os EUA não apenas defendem a proteção de infraestruturas críticas e a privacidade dos dados, mas também trabalham para estabelecer um consenso global sobre o que constitui comportamento aceitável no ciberespaço. Através de alianças como a OTAN e iniciativas bilaterais, os EUA buscam fortalecer capacidades defensivas coletivas e compartilhar melhores práticas para enfrentar ameaças cibernéticas comuns.

Outro aspecto importante do cognitivismo de Rosati é a adaptação estratégica e a aprendizagem organizacional (Rosati, 1995). No contexto da segurança cibernética, isso implica que os EUA não apenas respondem a ameaças imediatas, mas também aprendem com cada incidente para melhorar suas defesas e estratégias futuras.

Além de defender interesses nacionais, os EUA também buscam proteger valores democráticos e direitos humanos fundamentais no ciberespaço. Isso inclui a defesa da liberdade de expressão *online* e a promoção de uma *internet* aberta e acessível globalmente. Diplomatas especializados em cibersegurança desempenham um papel crucial na formulação e implementação de políticas que respeitem esses princípios, enquanto promovem a cooperação internacional e a governança inclusiva da *internet*.

6 TECNOLOGIA NUCLEAR

Para falar da condução da política externa no âmbito da tecnologia nuclear, falaremos de 3 principais governos: Bush (1989-1993), Trump (2017-2020) e Biden (2021-2024). Começaremos expondo as ações tomadas pelo governo Bush:

6.1 Governo Bush (1989-1993)

Durante o governo Bush, no contexto da recém-finda Guerra Fria, tivemos alguns marcos importantes no ramo nuclear, como a assinatura do *Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms (Strategic Arms Reduction Talks (START) Treaty)*, ou Tratado de Redução de Armas Estratégicas e do *Treaty on Open Skies*, ou Tratado de Céus Abertos; além destes, tivemos também uma ação unilateral de cunho político, a chamada Iniciativa Nuclear Presidencial, de 1991 (NMHB, 2020).

A Iniciativa Nuclear Presidencial consistiu em um movimento unilateral estadunidense, de caráter político, e não vinculativo, em que o presidente anunciou, no dia 27 de setembro de 1991, que o EUA eliminaria todo o seu inventário de armas nucleares que fossem lançadas a partir do solo, e que também removeriam as armas nucleares de seus navios, submarinos e aviões, caso não estivessem em guerra. A iniciativa do presidente trouxe uma reação da parte da União Soviética, em que Gorbachev também se comprometeu a destruir as minas nucleares e as munições nucleares, não prosseguir com a modernização e desenvolvimento de novas ogivas ICBM e reduzir 1000 ogivas a mais do que o acordado no Acordo START (NMHB, 2020).

Assim sendo, durante o governo de Bush, vemos os esforços sendo empenhados para que a corrida de armamentos nucleares arrefeça e a resposta positiva também do lado da União Soviética, que recebe bem as iniciativas e também decide assumir compromissos de não proliferação e diminuição do número de armas nucleares. Concluída a exposição do governo Bush, partiremos para o governo Trump.

6.2 Governo Trump (2017-2020)

No governo Trump, não houve a assinatura de nenhum tratado de matéria nuclear, e houve denúncia de alguns, como: 1. Acordo Nuclear com o Irã, ou Plano de Ação Integral Conjunto (*The Iran Nuclear Deal [The Joint Comprehensive Plan of Action]*) 2. O Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (*Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on*

the Elimination of their Intermediate-Range and Shorter-Range Missiles [Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty or INF Treaty]) (NMHB, 2020).

Na matéria de tecnologia nuclear, Trump optou por um foco maior em programas espaciais, em especial a Estratégia Nacional para Poder Espacial Nuclear e Propulsão, em que a tecnologia nuclear para o espaço é vista pelo presidente como algo imprescindível para a manutenção da liderança dos EUA no espaço. Além disso, para Trump, a cooperação com parceiros comerciais e internacionais para o alcance dos objetivos estadunidenses de exploração espacial é muito importante (Memorandum, 2020).

Portanto, vemos que na administração Trump, a tecnologia nuclear é tida como especialmente importante para os objetivos espaciais do país; o que mostra que a preocupação maior do presidente era com a tecnologia nuclear no âmbito da tecnologia espacial, e não das armas nucleares. Posto isso, partiremos para a exposição do governo Biden.

6.3 Governo Biden (2021-2024)

O Governo Biden é o governo dos últimos anos que mais foca na tecnologia nuclear para o provimento de energia dentro dos EUA. Na política externa, uma das ações que o presidente Biden toma é a de buscar reduzir a dependência que os EUA têm no urânio vindo da Rússia, em especial na energia nuclear civil (House, 2024).

A administração toma algumas medidas para alcançar seus objetivos em se tratando das tecnologias nucleares: 1. Assinou uma declaração, na COP 28, para triplicar a capacidade global de energia nuclear até o ano de 2050. 2. Desenvolvimento de novos designs de reatores. 3. O banimento da importação de urânio enriquecido vindo da Rússia, a menos que o importador possua uma permissão; isso foi feito por meio da lei “*Prohibiting Russian Uranium Imports Act*” (House, 2024).

Com base nisso, vemos que os esforços da administração Biden são em diminuir a dependência do urânio russo, e aumentar a capacidade de geração de energia nuclear dentro dos EUA. Sendo que em 2021, o presidente fez um

investimento a longo prazo no Departamento de Energia, com vistas a melhorar cada vez mais a geração de energia limpa, e o investimento total foi de 62 bilhões de dólares (Department of Energy, 2023). Além disso, a opinião pública dentro dos EUA sobre a produção de energia nuclear tem sido cada vez mais favorável, sendo 41% dos adultos favoráveis aos investimentos do governo nessa área (Pew Research, 2023), um número que vem crescendo nos últimos anos.

6.4 Conclusão sobre a PE dos EUA para a tecnologia nuclear

Como citamos anteriormente, um dos aspectos importantes para o entendimento da diferença de comportamento entre diferentes condutores da PE são as crenças, mas além disso, gostaríamos de ressaltar a importância de entendermos como os níveis doméstico e internacional estão diretamente ligados e influenciam um ao outro (Putnam, 1988), isto é, a indissociabilidade da relação entre o internacional e o doméstico (Milner, 1997). Além do fato de que o Estado não é um ator unitário, mas possui dentro de si partidos, classes sociais, grupos de interesse etc (Putnam, 1988).

A partir disso, podemos entender a postura de não proliferação adotada por Bush, já que estávamos quase no fim da Guerra Fria e da União Soviética, e essas ações de eliminação de armas nucleares eram de extrema importância tanto no âmbito internacional quanto no âmbito doméstico em se tratando da opinião dos cidadãos. Ademais, o papel das crenças durante o governo de Trump se faz presente novamente, além dos aspectos eleitorais característicos da política doméstica, em que Trump precisava buscar um equilíbrio entre os interesses domésticos e internacionais. O papel do cenário internacional também é muito importante para que Biden consiga o apoio popular para os grandes investimentos feitos em usinas nucleares, já que por muito tempo, as pessoas não queriam esse tipo de investimento, justamente pelo receio de acidentes nucleares como o de Chernobyl e Fukushima; mas agora, com os avanços tecnológicos e científicos, além do tempo passado desses acidentes, o cenário da tecnologia nuclear para a energia já está mais favorável. Outrossim, os esforços da administração Biden em diminuir a dependência do urânio vindo da Rússia também tem direta ligação com o cenário internacional que a

comunidade internacional está inserida, isto é, de uma invasão feita pela Rússia à Ucrânia, sendo que os EUA apoiam a Ucrânia; além das dificuldades sofridas pela Europa no último inverno, já que o gás russo já não era uma opção viável.

No geral, vemos que a opinião pública dos estadunidenses a respeito da energia nuclear vem aumentando positivamente, sendo que a administração Biden buscou aumentar o número de usinas nucleares geradoras de energia. Além disso, o Pew Research (Leppert, Kennedy, 2023) mostra que essa favorabilidade à expansão da energia nuclear não está vinculada apenas a um dos partidos, mas é uma visão compartilhada por ambos os lados. Os fatores internacionais favoráveis neste momento também têm um papel importante na realização dessas iniciativas.

REFERÊNCIAS

AQUECIMENTO global: o que é a era da ebulição? **National Geographic**, 2 ago. 2023. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2023/07/aquecimento-global-o-que-e-a-era-da-ebulicao>. Acesso em: 15 maio 2024.

DE RÊ, E. **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SÓCIOECONÔMICO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/concurso-md-mec-de-redacao-sobre-defesa-nacional-e-educacao/CiberespacoSegurancaCiberneticaasestrategiasciberneticasdeEUA.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

Department of Energy Celebrates Two Years of President Biden's Historic Investment in America's Clean Energy Future. 2023. Disponível em: <<https://www.energy.gov/articles/department-energy-celebrates-two-years-president-bidens-historic-investment-americas-clean>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DONALD Trump Believes Climate Change Is A Hoax | All In | **MSNBC**. MSNBC, 2 jun. 2017. 1 vídeo (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yqgMEckW3Ak>. Acesso em: 19 abr. 2024.

DOS, C. **Relações internacionais dos Estados Unidos**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais_dos_Estados_Unidos#:~:text=A%20pol%C3%ADtica%20externa%20dos%20Estados>. Acesso em: 16 jun. 2024.

ENGLAND, Paula; LEVINE, Andrew; MISHEL, Emma. Progress toward gender equality in the United States has slowed or stalled. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 117, n. 13, p. 6990–6997, 2020. Disponível em: <<https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1918891117>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FRANCE 24. More than 200 Israelis killed in surprise Hamas assault on Israel, 232 killed in Gaza. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/middle-east/20231007-sirens-heard-as-dozens-of-rockets-fired-from-gaza-towards-israel>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FULL speech of Trump announcing withdrawal from Paris climate agreement. **Washington Post**, 1 jun. 2017. 1 vídeo (27 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=F2T7aNsi5ro> Acesso em: 15 maio 2024.

GUIMARÃES, C. **A política externa dos Estados Unidos**: da primazia ao extremismo. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 46, p. 53–67, jun. 2024.

HAASS, Richard. Trump's foreign policy doctrine? the Withdrawal Doctrine. **The Washington Post**, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/05/27/trumps-foreign-policy-doctrine-withdrawal-doctrine/>. Acesso em: 8 maio 2024.

HILL, Christopher. **Foreign Policy in the Twenty-First Century**. Macmillan, Palgrave, 2016.

HOUSE, T. W. **Fact Sheet: Biden-Harris Administration Announces New Steps to Bolster Domestic Nuclear Industry and Advance America's Clean Energy Future**. 2024. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2024/05/29/fact-sheet-biden-harris-administration-announces-new-steps-to-bolster-domestic-nuclear-industry-and-advance-american-clean-energy-future/#:~:text=President%20Biden%20will%20continue%20to>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

JERVIS, Robert. **Understanding beliefs**. In: W. Carlsnaes e S. Guzzini (eds.), *Foreign Policy Analysis vol.III*. London, SAGE, 2011, p.311-334.

Lançamento da Estratégia Internacional de Ciberespaço e Política Digital dos Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.state.gov/lançamento-da-estrategia-internacional-de-ciberespaço-e-politica-digital-dos-estados-unidos/>>. Acesso em: 16 jun. 2024.

LEPPERT, R.; KENNEDY, B. **Growing share of Americans favor more nuclear power**. 2023. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/short-reads/2023/08/18/growing-share-of-americans-favor-more-nuclear-power/#:~:text=The%20U.S.%20currently%20has%2093>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

Memorandum on the National Strategy for Space Nuclear Power and Propulsion (Space Policy Directive-6) – The White House. 2020. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/memorandum-national-strategy-space-nuclear-power-propulsion-space-policy-directive-6/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MESQUITA, F.; DANIELLY, P.; RAMOS BECARD, S. **Segurança Cibernética e a Política Internacional Contemporânea: novos desafios e oportunidades**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/25026/1/2019_FelipeSousaMesquita_tcc.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

MILNER, Helen V. Introduction. In: H.V.Milner (ed.). **Interest, Institutions and Information: domestic politics and international relations**. Princeton, Princeton University Press, 1997, p.3-29.

NMHB 2020 [Revised]. 2020. Disponível em: <<https://www.acq.osd.mil/ncbdp/nm/NMHB2020rev/chapters/chapter12.html>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

PEREIRA, A. E. Três perspectivas sobre a política externa dos Estados Unidos: poder, dominação e hegemonia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 237–257, jun. 2024.

PRESIDENT Donald Trump defends his decision to terminate the Paris agreement on climate change. **CNBC Television**, 22 out. 2020. 1 vídeo (5 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HzLEYJE33ww>>. Acesso em 18 abr. 2024.

PUTNAM, Robert D. **Diplomacy and Domestic Politics: The Logic of Two-Level Games**. International Organization, v. 42, n. 3, p. 427–460, 1988.

ROSATI, J.A. **A cognitive approach to the study of foreign policy**. In: NEACK, L.; HEY, J.A.K.; HANEY, P.J. (Eds.). **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. Nova Jersey: Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1995. p.49-70.

SNYDER, *et. al.* **The Decision-Making Approach to the Study of International Politics**. 1962.

SPEIER, Jackie. **Expressing the sense of the House of Representatives regarding the importance of taking a feminist approach to all aspects of foreign policy, including foreign assistance and humanitarian response, trade, diplomacy, defense, immigration, funding, and accountability mechanisms**. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/117th-congress/house-resolution/196>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

UNIFOR. **Israel X Palestina**: Entenda as origens e consequências do conflito. Disponível em: <<https://www.unifor.br/-/israel-x-palestina-entenda-as-origens-e-consequencias-do-conflito>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM. Gender Inequality Index. **Human Development Reports**. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/data-center/thematic-composite-indices/gender-inequality-index#/indicies/GII>>. Acesso em: 17 jun. 2024.

FRANÇA

Beatriz Cruciol Rodrigues Leão¹
Guilherme do Prado Afonso Rodrigues²
Suzany Ferreira da Silva³

1 INTRODUÇÃO

Ao basear-se numa longa tradição diplomática de séculos, a Política Externa da França tem como seu alicerce 4 pilares, sendo estes: (1) direito dos povos de dispor de si mesmos, (2) respeito aos direitos humanos e aos princípios democráticos, (3) respeito ao Estado de Direito e (4) cooperação entre as nações. Conforme disposto pelo Ministério para Europa e Negócios Estrangeiros, “a França se empenhou sempre em salvaguardar a sua independência nacional, trabalhando ao mesmo tempo pelo desenvolvimento de solidariedades regionais e internacionais.” (CONSULADO GERAL, 2014)

Além dos pilares acima mencionados, a nação também conduz seus assuntos exteriores de acordo com os propósitos e princípios das Nações Unidas. Dessa forma, desde 1945, a França tem apoiado constantemente a ONU, da qual é o quarto maior contribuinte. Como membro permanente do Conselho de Segurança, também atua constantemente em missões de paz. Quanto ao desenvolvimento, constam suas contribuições para programas de combate à pobreza (PNUD), de proteção da criança (UNICEF) ou de luta contra a droga (UNODC).

Adjacente ao âmbito da ONU, há a política de cooperação internacional, a qual baseia-se no exercício da influência e da solidariedade. Para isso, o país conta com a Direção-Geral de Desenvolvimento e Cooperação Internacional (DGCID), através do incentivo de intercâmbio cultural, da promoção científica e acadêmica e da presença francesa no cenário multimídia.

1 Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. beatriz.cl@sempreceub.com

2 Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. guilherme10.prado@gmail.com

3 Centro Universitário de Brasília (CEUB). Brasília, Brasil. suzyferr6@gmail.com

A PEF também se utiliza da Francofonia para estabelecer-se, ao promover o intercâmbio cultural, científico e técnico para aumentar a utilização do Francês. Diante disto, são cerca de 136 milhões de falantes nativos no mundo e 30 países têm a língua como oficial, formando a comunidade de países francófonos. (WIZARD)

Além da ONU, a França está presente em diversas outras organizações internacionais e grupos, como no caso do G7 e da União Europeia. Sua economia também influencia o comércio internacional ao ser uma das maiores do mundo. Claramente, a Política Externa da França destacou-se e diversificou-se ao longo dos séculos, de maneira a lidar com o cenário atual e estar presente em diversos assuntos do sistema internacional.

2 SEGURANÇA CIBERNÉTICA

No âmbito doméstico, em 2015, a França adotou uma Estratégia Nacional para a Segurança Digital, destinada a apoiar a transição digital da sociedade francesa e a responder aos novos desafios decorrentes das mudanças nos usos digitais e das ameaças a eles associadas. Essa estratégia destaca cinco linhas de ação principais: garantir a soberania nacional, fornecer uma resposta forte contra atos cibernéticos maliciosos, informar o público em geral, fazer da segurança digital uma vantagem competitiva para as empresas francesas e fortalecer a voz da França internacionalmente. (FRANÇA, 2022)

No âmbito internacional, a França projeta sua estratégia de cibersegurança através de diálogos estratégicos e cooperação com outros países. Um exemplo disso foi o terceiro diálogo estratégico França-Estados Unidos sobre segurança cibernética, realizado em Paris em 22 de janeiro de 2020. O encontro foi copresidido por Henri Verdier, Embaixador Francês para Digital, e Robert Strayer, Subsecretário de Estado Adjunto responsável pela Cibernética e Comunicações Internacionais e Política de Informação. Durante esse diálogo, a França e os Estados Unidos reafirmaram seu compromisso com um ciberespaço aberto, confiável, seguro, estável e pacífico, reconhecendo a aplicabilidade do direito internacional existente ao ciberespaço, incluindo a Carta das Nações Unidas em sua totalidade.

As duas nações compartilharam suas análises sobre as ameaças cibernéticas e apresentaram os últimos desenvolvimentos em suas respectivas políticas de cibersegurança. Também discutiram as iniciativas multilaterais, como o Apelo de Paris, as questões de soberania digital e os projetos realizados na ONU e em fóruns multilaterais relacionados à paz e segurança no ciberespaço. Além disso, informaram-se mutuamente sobre suas estratégias na luta contra o cibercrime e a utilização da Internet para fins terroristas, discutindo formas de aprofundar a cooperação nessas áreas.

No dia 12 de novembro de 2018, por ocasião da reunião na UNESCO do Fórum de Governança da Internet (IGF) e do primeiro Fórum de Paris sobre a Paz, o Presidente da República, Emmanuel Macron, lançou o 'Apelo de Paris à Confiança e Segurança no Ciberespaço, uma declaração de alto nível estruturada em torno de nove princípios e valores partilhados para tornar o ciberespaço um espaço livre, seguro e aberto.

3 TECNOLOGIA NUCLEAR

A França possui uma grande dependência em relação à fonte de energia nuclear, 67% da eletricidade produzida no país é proveniente de usinas nucleares. Atualmente, a França é o maior país produtor de energia nuclear da União Europeia e o segundo em escala mundial. (SUZANA, 2022)

No cenário interno, a Estratégia “França 2030” consiste num projeto do governo francês para o setor nuclear. Ele busca acelerar a inovação do setor com o surgimento de novos pequenos reatores nucleares e busca também a formação de profissões nucleares. Esse esforço visa a descarbonização energética, mantendo o objetivo de alcançar a neutralidade carbônica até 2050. O futuro energético da França depende da substituição dos combustíveis fósseis pela produção massiva de eletricidade livre de carbono, tanto renovável quanto nuclear. No âmbito dos investimentos do plano França 2030, o setor nuclear recebe 1,2 mil milhões de euros de fundos públicos para desenvolver uma indústria nuclear soberana e sustentável.

O “renascimento nuclear” é fundamentado em quatro pilares: diversificação de usos, redução dos volumes e da radioatividade dos resíduos das instalações nucleares, aumento da autonomia estratégica graças à multi-reciclagem de materiais nucleares e melhoria da segurança e proteção nuclear. O Estado conta com a Comissão de Energia Atômica e Energias Alternativas (CEA) e com as 2.600 empresas do setor. O setor industrial, presente em todos os elos da cadeia de valor, é responsável pela inovação e desenvolvimento de novas tecnologias num contexto de aumento da concorrência internacional, com a aceleração de programas de investigação em pequenos reatores modulares (SMR) em determinados países. (CONNAISSANCE, 2024)

O principal debate que se pode ter em relação ao uso de energia nuclear na França é, justamente, a sua dependência. O país possui o objetivo de descarbonizar suas fontes energéticas e, para isso, aposta na energia nuclear como a melhor opção. Entretanto, como mostram os dados (referência), a França vem cada vez mais tornando a energia nuclear como a sua fonte principal, não havendo assim, uma variação de fontes (FRANÇA - MFSID, 2024). A dependência de poucas fontes energéticas pode representar um obstáculo no médio a longo prazo. Dependendo de uma única fonte energética torna o país vulnerável a interrupções no fornecimento devido a desastres naturais, conflitos geopolíticos, falhas técnicas ou outras crises. Diversificar as fontes de energia ajuda a garantir um fornecimento estável e contínuo. O principal ponto positivo dessa estratégia seria o fato da França estar, de fato, progredindo rumo à descarbonização. Outro aspecto positivo a se destacar é que o país, com essa estratégia, não dependeria de modo significativo da energia importada de outro Estado, contribuindo, dessa forma, para a sua independência energética. Em entrevista, a ministra da Transição Energética francesa, Agnès Pannier-Runacher, afirmou que:

Trata-se de libertar a França de sua dependência de combustíveis fósseis (...) Para diminuir nossas emissões de CO2 e proteger o poder de compra dos franceses, mas também para ganhar soberania. A invasão da Ucrânia nos lembrou o quanto é importante nos protegermos das incertezas geopolíticas, enquanto a energia se tornou uma arma de guerra”. (EPBR, 2024)

Uma comparação entre Brasil e França, em termos de políticas energéticas, aponta que ambos os países possuem objetivos semelhantes no sentido de atingir uma economia de baixo carbono e ao mesmo tempo assegurar a segurança energética. Por outro lado, os dois países possuem desafios distintos, a França busca manter uma independência energética, adquirida nos anos 1960 e 1970, e que se vê reforçada pela atual crise na Europa, relacionada à dependência de fontes energéticas da Rússia e, ao mesmo tempo, manter custos baixos para não gerar uma revolta na população. O Brasil, por sua vez, precisa alinhar a crescente demanda de energia, consequência do desenvolvimento econômico e social do país, à meta de atingir a neutralidade climática em 2050. (SUZANA, 2022)

4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A França possui um grande empenho e um importante papel quanto à diplomacia climática. O país tem cooperado por diversos meios para enfrentar as alterações climáticas e promover a sustentabilidade, como o apoio a grandes acordos e financiamentos globais para o clima, além de alinhar políticas públicas de acordo com os objetivos do Acordo de Paris para a limitar o aquecimento global.

Tem especial foco em fornecer financiamento climático aos países em desenvolvimento, comprometendo-se ao final de 2020 de atribuir 6 milhões de euros todos os anos, de 2021 a 2025 (FRANÇA, 2023). Seu financiamento vai para projetos concretos como a modernização de redes elétricas, a construção de transportes públicos limpos e a melhoria do abastecimento de água, bem como a conservação das florestas. Além disso, foi sede do Acordo de Paris sobre o clima, o qual tem ação contra o aquecimento global e constitui um roteiro compartilhado e essencial para o combate efetivo e coletivo às alterações climáticas.

O atual Presidente, Emmanuel Macron, tem um forte compromisso em proteger os oceanos e a biodiversidade marinha, apoiando a proteção de espaços marinhos e seus ecossistemas. Participou das negociações internacionais para acabar com a poluição plástica, e promete total apoio à governação internacional transparente e inclusiva dos oceanos e às Convenções Marítimas Regionais das quais

é parte integrante. Além disso, a França sediará a próxima Conferência das Nações Unidas sobre Oceanos, em 2025 na cidade de Nice. (FRANÇA, 2023)

Em março de 2024, durante sua visita ao Brasil, o Presidente Macron fortaleceu a cooperação e os compromissos sobre combate às alterações climáticas, bioeconomia e proteção das florestas tropicais, formalizadas por acordos entre ambos os chefes de Estado. Os acordos preveem ações para a preservação de áreas naturais e conservação da biodiversidade, restauração de áreas degradadas, bem como medidas para o combate à biopirataria e ao tráfico de animais silvestres. (BRASIL, 2024)

Em âmbito nacional, o país adota a Estratégia Nacional de Biodiversidade (SNB) estruturada de forma a reduzir as pressões sobre a biodiversidade, restaurar a biodiversidade degradada sempre que possível, mobilizar todas as partes interessadas e garantir os meios para alcançar essas ambições. Para implementar esta estratégia em todo o território, foi realizado um trabalho colaborativo, de acordo com as expectativas da sociedade francesa, reunindo cidadãos, atores territoriais, especialistas e partes interessadas.

5 GÊNERO

Para a França a igualdade de gênero é assunto importante da agenda política. A nível internacional possui uma política externa feminista, defendendo a igualdade de gênero em fóruns internacionais e se empenhando para que projetos financiados pelo país ao desenvolvimento ajudem cada vez mais no combate a essa discriminação em âmbito político, econômico e social. Atualmente, o país ocupa a 15ª posição no ranking de igualdade de gênero, pesquisa elaborada pelo Banco Mundial. (EMBAIXADA, 2022)

O país possui o objetivo de alcançar, especialmente, a ODS 5 sobre igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, bem como respeitar seus direitos fundamentais estabelecidos na Convenção Internacional de 1979 sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW-1979).

Além disso, co-presidiu o Fórum Geração Igualdade, o qual foi lançado o Plano de Aceleração Global para a Igualdade de Gênero, sendo anunciados quase mil compromissos tangíveis. Assim, a França se encontra empenhada em trabalhar para a saúde e os direitos sexuais reprodutivos das mulheres e para a educação de meninas.

Ademais, o país contribuiu ativamente para a adoção e implementação das resoluções do Conselho de Segurança sobre Mulheres, apelando que os Estados reforcem a proteção das mulheres durante os conflitos e aumentem a participação das mulheres nas operações de manutenção da paz, nas negociações de paz e nos processos de tomada de decisão. (FRANÇA, 2014)

Para a França, as práticas internas são uma parte fundamental da sua política externa feminista. Assim, o Ministério da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França assumiu compromissos para a promoção da igualdade como o aumento do número de mulheres em cargos de gestão e embaixadoras, a criação da Unidade de Apoio do ministério para prevenir o assédio no trabalho, etc.

Como exemplo de ação para a promoção dos direitos fundamentais das mulheres, a França se tornou o primeiro país em todo o mundo a consagrar na Constituição Francesa a liberdade das mulheres de recorrer à interrupção voluntária da gravidez, em março de 2024. (G1, 2024)

6 Estado da Palestina

A Política Externa da França tradicionalmente tem desempenhado um papel significativo na busca por uma solução pacífica para o conflito entre Israel e Palestina. Moldada por um histórico de relações diplomáticas, apoio a soluções de longo prazo e envolvimento ativo da ONU, a política francesa considera a Questão de Gaza um ponto central que afeta tanto a política externa quanto a interna do país.

A França foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel, estabelecendo relações diplomáticas em 1949. Desde então, tem mantido uma postura de apoio ao direito de existência e segurança de Israel. Paralelamente, em 1974, a nação votou a favor do reconhecimento da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) como observadora nas Nações Unidas, reafirmando os direitos

inalienáveis do povo palestino. Ao longo das décadas, o país tem defendido resoluções da ONU que promovem uma solução justa e duradoura para o conflito, incluindo a Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas para uma solução de dois Estados, a Resolução 194 para os refugiados, a Resolução 242 para o fim da ocupação israelita e as Resoluções 476 e 478 sobre o estatuto de Jerusalém.

O governo francês considera que a única maneira de resolver o conflito é através da solução de dois Estados, vivendo lado a lado em paz e segurança. Este posicionamento está alinhado com o direito internacional e várias resoluções da ONU. A nação apoia a criação de fronteiras baseadas nas linhas de 4 de junho de 1967, com trocas de terras equivalentes acordadas, e acordos de segurança que garantam a soberania do futuro Estado Palestino e a segurança de Israel. Além disso, Paris defende uma solução justa para o problema dos refugiados e um acordo que torne Jerusalém a capital de ambos os Estados. Em 2002, o país saudou a Iniciativa Árabe de Paz, reafirmando este compromisso. (FRANÇA, 2020)

No Conselho de Segurança da ONU, a França tem sido ativa na busca de soluções para o conflito. Em maio de 2024, votou a favor do projeto de resolução apresentado pela Argélia que apoiava a admissão da Palestina como membro de pleno direito das Nações Unidas (FRANÇA, 2024). Em abril de 2024, o governo propôs um projeto de resolução para monitorar um possível cessar-fogo em Gaza e apoiar a Autoridade Palestina na assunção de responsabilidades. Em uma medida controversa, a nação também apoiou o Tribunal Penal Internacional (TPI) após o pedido de mandados de prisão contra líderes israelenses e do Hamas, destacando um compromisso com a responsabilização por crimes de guerra. (O Globo, 2024).

O país continua a manter ajudas humanitárias significativas aos territórios palestinos, com cerca de 126 projetos em execução, focados principalmente na melhoria de infraestruturas e desenvolvimento sustentável. No entanto, recentemente, a França suspendeu o financiamento à UNRWA devido a acusações de envolvimento de membros da agência nos ataques de 7 de outubro de 2023 (CNN, 2024). Juntamente com outros países, o governo francês pediu uma investigação profunda sobre essas acusações, mas continua a apoiar o povo palestino, especialmente em áreas vulneráveis.

A guerra de Gaza tem provocado uma divisão significativa na política interna da França. Após a reeleição de Emmanuel Macron, a extrema-direita continua a ganhar força, enquanto a esquerda permanece fragmentada e enfraquecida. Os recentes conflitos no Oriente Médio exacerbaram essas divisões, com divergências sobre a resposta do governo transformando-se em um frenesi midiático e político. Estudantes e outros grupos na nação têm se mobilizado, exigindo que Israel seja responsabilizado por crimes de guerra em Gaza, refletindo um sentimento de solidariedade com os palestinos e uma crítica às ações israelenses. (CNN, 2024)

A Política Externa da França em relação à Questão de Gaza é complexa e multifacetada, enraizada em um histórico de apoio a Israel e Palestina e comprometida com uma solução de dois Estados. O país continua a desempenhar um papel ativo nos esforços internacionais para resolver o conflito, ao mesmo tempo que enfrenta desafios internos significativos decorrentes da Guerra de Gaza. A postura do governo francês, refletida nas ações no Conselho de Segurança da ONU e no apoio ao TPI, demonstra um compromisso contínuo com a paz e a justiça na região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. *Lula e Macron fortalecem cooperação ambiental na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa*. 1 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/lula-e-macron-fortalecem-cooperacao-ambiental-na-fronteira-entre-brasil-e-guiana-francesa>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CNN BRASIL. *França se torna a última nação a suspender o financiamento da agência da ONU em Gaza devido a acusações*. 28 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/franca-se-torna-a-ultima-nacao-a-suspender-o-financiamento-da-agencia-da-onu-em-gaza-devido-a-alegacoes-contra-funcionarios/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CNN BRASIL. *França busca resolução do Conselho de Segurança da ONU para monitorar trégua em Gaza*. 1 abr. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/franca-busca-resolucao-do-conselho-de-seguranca-da-onu-para-monitorar-tregua-em-gaza/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CONNAISSANCE DES ÉNERGIES. *Histoire de l'électronucléaire en France*. 29 mai 2024. Disponível em: <https://www.connaissancedesenergies.org/fiche-pedagogique/histoire-de-lelectronucleaire-en-france>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CONSULADO GERAL DA FRANÇA EM RECIFE. *Política externa*. 2014. Disponível em: <https://recife.consulfrance.org/Politica-externa>. Acesso em: 18 jun. 2024.

EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL. *Diplomacia feminista – Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres* (25 nov. 2022). 28 dez. 2022. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/Diplomacia-feminista-Dia-Internacional-de-eliminacao-da-violencia-contra-as>. Acesso em: 18 jun. 2024.

EPBR. *França acelera programa nuclear e planeja construir 14 usinas*. 9 jan. 2024. Disponível em: <https://epbr.com.br/franca-acelera-programa-nuclear-e-planeja-construir-14-usinas/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. Ministère de l'Économie, des Finances et de la Souveraineté industrielle et numérique. *France 2030: un plan ambitieux sur le nucléaire de demain*. 13 juin 2023. Disponível em: <https://www.economie.gouv.fr/france-2030-plan-ambitieux-nucleaire-demain#>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères. *Climate – France's contribution to the Green Climate Fund* (6 October 2023). Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/climate-and-environment/news/article/climate-france-s-contribution-to-the-green-climate-fund-06-10-23>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. *Environment – World Ocean Day* (June 8, 2023). Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/climate-and-environment/news/article/environment-world-ocean-day-08-06-23>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. *Feminist diplomacy*. mar. 2024. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/feminist-diplomacy/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. *La estrategia «Género y desarrollo» de Francia*. mai. 2014. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/es/politica-exterior/salud-educacion-y-genero/genero-y-desarrollo/article/la-estrategia-genero-y-desarrollo>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. *Peace process – Israel/Palestine: Understand France's position in nine points*. set. 2020. Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/israel-palestinian-territories/peace-process/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. *Stratégie internationale de la France pour le numérique*. 15 déc. 2017. Disponível em: https://www.diplomatie.gouv.fr/IMG/pdf/strategie_numerique_a4_02_interactif_cle445a6a.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. *Troisième dialogue stratégique France–États-Unis en matière de cybersécurité* (Paris, 22 jan. 2020). Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/politique-etrangere-de-la-france/securite-desarmement-et-non-proliferation/lutter-contre-la-criminalite-organisee/la-france-et-la-cybersecurite/actualites-et-evenements-lies-a-la-cybersecurite/article/troisieme-dialogue-strategique-france-etats-unis-en-matiere-de-cybersecurite-22>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères; MISSION PERMANENTE DE LA FRANCE AUPRÈS DES NATIONS UNIES À NEW YORK. *France voted in favor of the draft resolution providing new rights to the Observer State of Palestine within the United Nations*. 10 mai 2024. Disponível em: <https://onu.delegfrance.org/france-voted-in-favor-of-the-draft-resolution-providing-new-rights-on-the>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. *Palestine: France reiterated its support to the admission of Palestine as a full member of the UN*. 1 mai 2024. Disponível em: <https://onu.delegfrance.org/palestine-france-reiterated-its-support-to-the-admission-of-palestine-as-a-full>. Acesso em: 18 jun. 2024.

FRANÇA. Ministère de l'Intérieur et de l'Europe. *La DGSI au cœur de l'organisation française de cyberdéfense*. 28 déc. 2023. Disponível em: <https://www.dgsi.interieur.gouv.fr/decouvrir-la-dgsi/nos-missions/cyberdefense/la-dgsi-au-coeur-de-lorganisation-francaise-de>. Acesso em: 18 jun. 2024.

G1. *França inclui oficialmente direito ao aborto em sua Constituição e anuncia que tentará expansão do direito para a UE*. 8 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/08/franca-inclui-oficialmente-direito-ao-aborto-em-sua-constituicao-no-dia-internacional-da-mulher.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2024.

O GLOBO. *França declara apoio ao TPI após pedido de mandados contra Netanyahu e líderes do Hamas, na contramão do Ocidente*. 21 mai. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/05/21/franca-declara-apoio-ao-tpi-apos-pedido-de-mandados-contr-netanyahu-e-lideres-do-hamas-na-contramao-do-ocidente.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2024.

SOUZA, Luciana Aparecida Dutra de. *Um estudo comparado entre as matrizes elétricas do Brasil e da França nos últimos 10 anos*. 2022. Monografia (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG, 2022. Disponível em: https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/4973/6/MONOGRAFIA_Estu-doComparadoMatrizes.pdf. Acesso em: 18 jun. 2024.

VEJA. *França sugere sanções para pressionar Israel a flexibilizar cerco a Gaza*. 9 abr. 2024. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/franca-sugere-sancoes-para-pressionar-israel-a-flexibilizar-cerco-a-gaza>. Acesso em: 18 jun. 2024.

WIZARD. *Países onde se fala francês*. Disponível em:

<https://www.wizard.com.br/escolas/setelagoascentro/novidades/paises-onde-se-fala-frances/>

POLÍTICA EXTERNA: Quo Vadis?

Fernanda Luíza Silva de Medeiros¹

O trabalho conduzido neste boletim indica algumas prioridades para 2025. Claramente, tecnologia nuclear e *cybersegurança* se tornaram muito importantes para qualquer Estado participante da sociedade internacional, principalmente diante de conflitos que tiveram suas sementes plantadas nos últimos anos e eclodiram no período entre 2023 e 2025. Ademais, questões de gênero emergem como um ponto fundamental para entender a coalizão das direitas globais, estruturadas em tornos de pautas ligadas a direitos reprodutivos, orientação sexual e identidade de gênero.

A questão em torno da Palestina e do seu reconhecimento como Estado revela, também, muito sobre cada um dos países aqui analisados – sua conexão com os valores ocidentais, a presença de uma grande população de ascendência árabe, um posicionamento construído à luz do colonialismo. Em 2024, este assunto chegou inclusive a impactar as eleições presidenciais americanas, além de colocar o Brasil no centro da discussão em torno do reconhecimento de um Estado palestino e da atribuição do conceito de genocídio à crise humanitária em Gaza. Outros países foram envolvidos nesta situação, como o Líbano (engajado em 2024) e o Irã (engajado diretamente em 2025), como reflexo também de estratégias de política externa dos Estados Unidos e de Israel. Os países aqui analisados, como membros ativos da sociedade internacional, não puderam se furtar a ter um posicionamento e a participar ativamente nas negociações sobre o tema.

Por fim, meio ambiente e mudanças climáticas, considerando o aumento da temperatura global, se tornaram pautas fundamentais não só para os países aqui expostos, mas para todo o mundo. Em 2024 o Brasil se preparava, inclusive, para sediar a Conferência das Partes de 2025, a de número 30, em Belém, no estado amazônico do Pará. Ainda que haja consenso nos países estudados sobre a questão, a

¹ Organizadora. fernanda.luiza@ceub.edu.br

difícil construção da questão climática na política externa americana dava indícios do que aconteceria em 2025, e o boletim sobre os EUA mostrou bem o que pode ser a política climática do governo Donald Trump. Assim, essa discussão se torna primordial para a análise de política externa futura e, dessa forma, foi escolhida como tema da segunda edição do boletim, a ser publicada ainda em 2025.